

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUIZ FELIPE DE SOUZA SAMPAIO DA SILVA

**GOLFO DA GUINÉ – PIRATARIA E NOVAS AMEAÇAS: O EMPREGO
DO PODER NAVAL NO ATLÂNTICO SUL.**

Niterói,
RJ 2025

LUIZ FELIPE DE SOUZA SAMPAIO DA SILVA

**GOLFO DA GUINÉ – PIRATARIA E NOVAS AMEAÇAS: O EMPREGO
DO PODER NAVAL NO ATLÂNTICO SUL.**

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense em parceria com o Centro de Instrução Sylvio de Camargo (Marinha do Brasil), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Pessoa Vilela

Niterói
2025

**Ficha de Avaliação de Trabalho de Conclusão do MBA em Estudos Estratégicos e
Relações Internacionais**

Título do Trabalho: Golfo da Guiné – Pirataria e Novas Ameaças: O Emprego do Poder Naval no Atlântico Sul.

Aluno: Luiz Felipe de Souza Sampaio da Silva

AVALIADORES

Professor(a) Dr(a). Nome do Orientador (Avaliador 01)

Professor(a) Dr(a). Nome do Leitor (Avaliador 02)

| Notas dos Avaliadores | |
|------------------------------|--|
| Avaliador 01 | |
| Avaliador 02 | |
| Nota Final | |

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, agradeço a Deus.

Ao Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, instituição à qual tenho a honra de pertencer, pela oportunidade de realizar a pós-graduação em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais, pela formação profissional e pelos valores de disciplina, honra, competência, determinação e profissionalismo que nortearam toda a minha trajetória e que se refletem na realização deste trabalho.

Ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF), por toda a estrutura e todo apoio, bem como pela oportunidade de aprofundar o conhecimento no campo das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos, experiência acadêmica que se mostrou fundamental para o desenvolvimento deste estudo.

Ao Professor Dr. Bruno Pessoa Vilela, pela orientação segura, pelas valiosas contribuições teóricas e metodológicas, e pela constante disponibilidade em guiar esta pesquisa com rigor acadêmico e clareza intelectual.

À minha querida esposa Mícarla e aos meus amados filhos, João Carlos e Luiz Henrique, pela paciência, incentivo e apoio incondicional ao longo de todo o processo, especialmente nos momentos em que o tempo dedicado ao estudo e à escrita exigiu abdicções. Este trabalho é também resultado do carinho, da compreensão e da força que sempre me proporcionaram.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a consecução e conclusão deste projeto.

RESUMO

O Atlântico Sul representa um espaço de vital importância para os interesses estratégicos, econômicos e de segurança do Brasil. Contudo, a estabilidade desta região é crescentemente desafiada por novas ameaças marítimas, com destaque para a pirataria e os ilícitos no Golfo da Guiné, que impactam diretamente o entorno estratégico nacional. O presente trabalho tem como objetivo analisar o emprego do Poder Naval brasileiro como principal instrumento do Estado para mitigar essas ameaças, proteger a soberania sobre a Amazônia Azul e consolidar a liderança do País na região. A partir de uma pesquisa qualitativa, com análise de documentos oficiais como a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Plano Estratégico da Marinha, bem como de bibliografia especializada, a pesquisa demonstra que o Brasil adota um modelo estratégico cooperativo, materializado em ações de Diplomacia Naval e no fortalecimento de mecanismos como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Conclui-se que, embora a estratégia seja coerente e a capacidade operacional seja reconhecida internacionalmente, sua sustentabilidade é ameaçada por um paradoxo estrutural entre a ambição geopolítica e as limitações orçamentárias crônicas. A superação deste desafio e a efetiva consolidação do Brasil como potência marítima dependem, portanto, da construção de uma Política Marítima de Estado integrada e do fomento de uma mentalidade marítima em toda a sociedade.

Palavras-chave: Poder Naval, Atlântico Sul, Golfo da Guiné, Segurança Marítima, Estratégia de Defesa.

ABSTRACT

The South Atlantic represents a space of vital importance to Brazil's strategic, economic, and security interests. However, the stability of this region is increasingly challenged by new maritime threats, especially piracy and illicit acts in the Gulf of Guinea, which directly impact the national strategic environment. This work aims to analyze the employment of Brazilian Naval Power as the main instrument of the State to mitigate these threats, protect sovereignty over the Blue Amazon, and consolidate the country's leadership in the region. Based on qualitative research, with an analysis of official documents such as the National Defense Policy, the National Defense Strategy, and the Navy's Strategic Plan, as well as specialized literature, the research demonstrates that Brazil adopts a cooperative strategic model, materialized in Naval Diplomacy actions and the strengthening of mechanisms like the South Atlantic Peace and Cooperation Zone (ZOPACAS). It is concluded that, although the strategy is coherent and the operational capability is internationally recognized, its sustainability is threatened by a structural paradox between geopolitical ambition and chronic budgetary limitations. Overcoming this challenge and the effective consolidation of Brazil as a maritime power, therefore, depend on the construction of an integrated State Maritime Policy and the promotion of a maritime mindset throughout society.

Keywords: Naval Power, South Atlantic, Gulf of Guinea, Maritime Security, Defense Strategy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Mapa político do Brasil com a inclusão da Amazônia Azul | 25 |
| Figura 2 – Mapa do Entorno Estratégico Brasileiro | 27 |
| Figura 3 – Países do Golfo da Guiné | 38 |
| Figura 4 – Membros ZOPACAS - Características Internas | 43 |
| Figura 5 – Arquitetura Yaoundé | 44 |
| Figura 6 – Mapa de Segurança Marítima | 49 |
| Figura 7 – Distribuição dos ataques de pirataria de 2015 a 2020 | 51 |
| Gráfico 1 – Despesas combinadas de defesa dos países da OTAN de 2014 a 2024 | 32 |
| Gráfico 2 – Ranking Mundial de Gastos Militares | 33 |
| Gráfico 3 – Gastos militares em percentagem das despesas públicas em 2023 | 34 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas

AFRICOM – Comando dos Estados Unidos para a África (United States Africa Command)

BtlOpLitFN – Batalhão de Operações Litorâneas

CAPN – Campos de Atuação do Poder Naval

CCY – Código de Conduta de Yaoundé

CEEAC / ECCAS – Comunidade Econômica dos Estados da África Central (Economic Community of Central African States)

CEDEAO / ECOWAS – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Economic Community of West African States)

CFN – Corpo de Fuzileiros Navais

CMC – Centro Multinacional de Coordenação

CNUDM – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

ComDivLit – Comando da Divisão Litorânea

ComTrRef – Comando da Tropa de Reforço

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CREDN – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

CRESMAC – Centro Regional de Segurança Marítima da África Central

CRESMAO – Centro Regional de Segurança Marítima da África Ocidental

END – Estratégia Nacional de Defesa

FDM – Fundamentos Doutrinários da Marinha do Brasil

G7++FoGG – G7++ Amigos do Golfo da Guiné

GANo – Grand African NEMO

GGC – Comissão do Golfo da Guiné (Gulf of Guinea Commission)

GLO – Garantia da Lei e da Ordem

GptFN – Grupamentos de Fuzileiros Navais

ICC – Centro Inter-regional de Coordenação (Interregional Coordination Centre)

IMB – International Maritime Bureau

IMO – Organização Marítima Internacional (International Maritime Organization)

IVR – Inteligência, Vigilância e Reconhecimento

LBDN – Livro Branco de Defesa Nacional

LCM – Linhas de Comunicação Marítima

MANSUP – Míssil Antinavio Nacional de Superfície

MB – Marinha do Brasil

MBA – Master of Business Administration

MEND – Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (Movement for the Emancipation of the Niger Delta)

NAC – Núcleo de Avaliação da Conjuntura

ONU – Organização das Nações Unidas

PEM 2040 – Plano Estratégico da Marinha 2040

PND – Política Nacional de Defesa

PMN – Política Marítima Nacional

PROSUB – Programa de Desenvolvimento de Submarinos

SIPRI – Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (Stockholm International Peace Research Institute)

TBPN – Tarefas Básicas do Poder Naval

UA – União Africana

UFF – Universidade Federal Fluminense

UNCLOS – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (United Nations Convention on the Law of the Sea)

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (United Nations Office on Drugs and Crime)

UNPCRS – Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz (United Nations Peacekeeping Capability Readiness System)

ZEE – Zona Econômica Exclusiva

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 2 DEFESA AZUL: O PODER NAVAL COMO PILAR ESTRATÉGICO DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL..... | 18 |
| 2.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE PODER MARÍTIMO E PODER NAVAL..... | 19 |
| 2.1.1 A Dimensão Marítima da Segurança Nacional..... | 19 |
| 2.1.2 O Mar como Arena Geopolítica..... | 20 |
| 2.1.3 A Amazônia Azul e a Ampliação da Plataforma Continental..... | 24 |
| 2.2 O ATLÂNTICO SUL COMO ESPAÇO GEOPOLÍTICO PRIORITÁRIO PARA O BRASIL..... | 26 |
| 2.2.1 O Entorno Estratégico e as Prioridades da Defesa Nacional..... | 26 |
| 2.2.2 Recursos Estratégicos e a Centralidade da Amazônia Azul..... | 28 |
| 2.2.3 Diplomacia Naval e Cooperação Internacional..... | 29 |
| 2.3 CAPACIDADES E DESAFIOS DO PODER NAVAL BRASILEIRO NO ATLÂNTICO SUL..... | 30 |
| 2.3.1 Projeção Regional e Função Multidimensional da Marinha do Brasil..... | 30 |
| 2.3.2 Limitações Operacionais e Demandas de Modernização..... | 31 |
| 2.3.3 Mentalidade Marítima e Consciência Situacional como Vetores de Soberania..... | 35 |
| 3 A NOVA FACE DO PERIGO NO ATLÂNTICO SUL: PIRATARIA E INSTABILIDADE NO GOLFO DA GUINÉ..... | 36 |
| 3.1 CONTEXTO ESTRATÉGICO DO GOLFO DA GUINÉ..... | 37 |
| 3.1.1 A Geopolítica do Golfo da Guiné..... | 37 |
| 3.1.2 Relevância da Região para a Segurança Marítima Internacional..... | 40 |
| 3.1.3 Atores Estatais e Parcerias Estratégicas..... | 42 |
| 3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PIRATARIA NO GOLFO DA GUINÉ..... | 46 |
| 3.2.1 Definições Jurídicas e Diferenças Conceituais..... | 46 |
| 3.2.2 Histórico e Evolução da Pirataria na África Ocidental..... | 47 |
| 3.2.3 Perfil dos Grupos e Estratégias Criminosas..... | 49 |
| 3.3 RESPOSTAS ESTRATÉGICAS E O PAPEL DO BRASIL..... | 54 |
| 3.3.1 Cooperação Internacional e Segurança Marítima..... | 54 |
| 3.3.2 A Atuação da Marinha do Brasil na Região..... | 56 |
| 3.3.3 Desafios e Perspectivas para a Atuação Brasileira..... | 59 |
| 4 A VANGUARDA AZUL: PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS PARA O EMPREGO DO PODER NAVAL BRASILEIRO..... | 60 |
| 4.1 FUNDAMENTOS ESTRATÉGICOS DA PROJEÇÃO NAVAL..... | 61 |
| 4.1.1 A Amazônia Azul e o Entorno Estratégico como Prioridade Nacional..... | 61 |
| 4.1.2 Diretrizes Doutrinárias e a Concepção Estratégica da Marinha..... | 63 |
| 4.1.3 Interoperabilidade e Capacidade Expedicionária no Século XXI..... | 64 |
| 4.2 O EMPREGO DO PODER NAVAL NO ATLÂNTICO SUL..... | 66 |
| 4.2.1 Operações e Exercícios no Golfo da Guiné..... | 66 |
| 4.2.2 O Novo Perfil Litorâneo dos Fuzileiros Navais..... | 70 |
| 4.2.3 Diplomacia Naval e Cooperação Estratégica Sul-Sul..... | 72 |
| 4.3 PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS PARA A LIDERANÇA NAVAL BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL..... | 75 |

| | |
|--|----|
| 4.3.1 O Brasil como Potência Naval Cooperativa: Limites e Potencialidades..... | 75 |
| 4.3.2 Inserção Internacional do Poder Naval: Reconhecimento e Influência no Sistema Global..... | 77 |
| 4.3.3 Construção de uma Política Marítima Integrada de Estado..... | 79 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 81 |
| REFERÊNCIAS..... | 84 |

1. INTRODUÇÃO

A crescente relevância da segurança marítima no século XXI reflete as transformações da ordem internacional e o deslocamento do eixo estratégico global para regiões antes consideradas periféricas. Entre essas áreas, o Atlântico Sul emerge como uma zona de importância crescente para a estabilidade internacional, especialmente para os países que dependem das rotas comerciais marítimas, da exploração de recursos naturais offshore e do acesso seguro às linhas de comunicação marítima (LCM).

De acordo com Guerra, o deslocamento do eixo estratégico global ascende com grande relevância a partir das últimas décadas do século XX:

O Atlântico Sul adquiriu uma elevada importância sob o ponto de vista geoestratégico a partir dos anos noventa. Transformou-se no principal elo de ligação comercial entre o Atlântico Norte e os Oceanos Índico e Pacífico e de vital importância para os portos da Europa, da costa leste dos Estados Unidos da América, do Golfo do México e do Caribe. (2016, p.69)

Esse espaço oceânico, que conecta América do Sul, África Ocidental e Antártica, reúne um conjunto de interesses econômicos, políticos e ambientais que o colocam no centro das preocupações geoestratégicas contemporâneas. Nesse contexto, destaca-se o Golfo da Guiné como uma das regiões mais sensíveis e vulneráveis do entorno estratégico¹ brasileiro, sobretudo devido à intensificação de atividades ilícitas no mar, com ênfase na pirataria, nos assaltos à mão armada contra navios, no contrabando e na pesca predatória.

Para Freitas, “nessa região, vêm sendo observados índices significativos de atividades ilícitas, como a pirataria, o roubo armado e outros crimes de natureza transnacional que comprometem a segurança marítima.” (2018, p.6)

Nas últimas duas décadas, o Golfo da Guiné tem figurado entre as áreas mais críticas do mundo em termos de crimes marítimos. Os ataques a embarcações civis e comerciais, os casos de sequestro de tripulantes e as ações violentas de grupos armados têm gerado instabilidade prolongada na região, comprometendo o fluxo seguro do comércio internacional.

Segundo Seiner, o Golfo da Guiné tem registrado uma tendência crescente de

¹ Área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países africanos limítrofes ao Atlântico Sul e a Antártica (BRASIL, 2024, p.39).

incidentes de pirataria e roubo armado contra navios, destacando-se, especialmente nos anos de 2018 e 2019, como a região com maior número de ocorrências desse tipo de crime marítimo. (2020, p.24)

A pirataria, em particular, assumiu uma dimensão transnacional, com impactos diretos em países que, embora não lindeiros ao Golfo da Guiné, possuem interesses estratégicos na região — como é o caso do Brasil. Como pontuado na Política Nacional de Defesa, “a crescente demanda mundial por alimentos e recursos naturais [...] pode motivar ações contrárias aos interesses nacionais” (BRASIL, 2024, p.4), o que torna o Atlântico Sul um espaço prioritário para a ação estratégica brasileira.

Essa insegurança impacta diretamente o comércio marítimo global e a economia dos países lindeiros, além de representar um desafio significativo para a segurança do Brasil, que possui interesses estratégicos na estabilidade do Atlântico Sul. Assim, no Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040), temos que:

No Atlântico Sul, os ataques piratas têm se concentrado, por ora, na margem africana, em regiões como o Golfo da Guiné, que faz parte do entorno estratégico brasileiro definido na PND, demandando, por isso, uma política externa com maior participação e cooperação nos assuntos relacionados à região. (BRASIL, 2020, P.25)

Diante desse panorama, o Brasil — país de vasto litoral e detentor de uma das maiores zonas econômicas exclusivas (ZEE) do mundo — reconhece o Atlântico Sul como parte integrante de seu entorno estratégico. O Livro Branco de Defesa Nacional explicita que “o Brasil é um país de dimensões continentais, possuindo 5,7 milhões de km² de área marítima [...] e tem como responsabilidade controlar cerca de 22 milhões de km² de espaço aéreo” (BRASIL, 2024, p.3), o que reforça a importância do emprego de instrumentos estatais para garantir a soberania e a segurança dessas regiões. Nesse sentido, o Poder Naval² brasileiro assume papel de destaque, para garantir a proteção das Linhas de Comunicação Marítima (LCM)³ e ampliar sua capacidade de cooperação com os países africanos no combate às ameaças marítimas.

² Parte integrante do Poder Marítimo capacitada a atuar militarmente no mar, em águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente. compreende as Forças Navais, incluídos os meios navais, aeronavais próprios e de fuzileiros navais, suas bases e posições de apoio e suas estruturas de comando e controle, logísticas e administrativas, bem como os meios adjudicados pelos poderes militares terrestre e aeroespacial, e outros meios, quando vinculados ao cumprimento da missão da Marinha e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade naval. (BRASIL, 2015 p.214)

³ Designa uma linha de movimento, podendo ser terrestre, marítima ou aérea, existente entre dois ou mais pontos sobre os quais tropas e materiais, militar ou civil, são transportados. (BRASIL, 2015 p.158)

A Política Nacional de Defesa (PND) concebe como um dos pressupostos de Defesa Nacional “sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando a encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins” (2024, p.11), estabelecendo como prioridade a intensificação da cooperação internacional e a ampliação da presença da Marinha do Brasil (MB) no Atlântico Sul.

O argumento central desta pesquisa sustenta que o uso estratégico do Poder Naval brasileiro pode representar uma contribuição significativa para o enfrentamento das ameaças no Atlântico Sul, com destaque para a pirataria no Golfo da Guiné, desde que esteja ancorado em iniciativas de cooperação multinacional e alinhado aos princípios da Política de Defesa Nacional, tal como delineado nos documentos oficiais do Estado brasileiro. Como evidencia o PEM 2040: “a Defesa Marítima constitui fator de sobrevivência e prosperidade para o Brasil” (BRASIL, 2020, p.19).

Assim, o fortalecimento da Marinha do Brasil e sua inserção ativa em operações multinacionais como GUINEX, *Obangame Express*⁴ e *Grand African NEMO*⁵ demonstram não apenas a capacidade de dissuasão do país, mas também seu compromisso com a estabilidade internacional e a cooperação Sul-Sul, notadamente por meio da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) — uma iniciativa que visa consolidar a região como espaço livre de disputas geopolíticas de grandes potências.

O país (Brasil) tem enviado navios para participar do *Obangame Express* e do *Grand African NEMO* nos anos recentes, além de conduzir a operação GUINEX-I em 2021, com o envio da Fragata Independência. Ações justificadas quando lemos o conteúdo do LBDN (Livro Branco de Defesa Nacional), designando a costa oeste africana e o Atlântico Sul como porção do entorno estratégico brasileiro. (Pereira, 2022, p.21)

⁴ Exercício multinacional de segurança marítima, reunindo Marinhas da África, Europa e América. A operação tem como propósito fortalecer a cooperação internacional, elevar os níveis de interoperabilidade e ampliar a capacidade de resposta a crimes transnacionais no mar.” (BRASIL, 2025, P.1)

⁵ Operação visa capacitar Marinhas da costa oeste do continente africano na condução de ações que promovam a segurança marítima, como, por exemplo, o emprego limitado da força contra a pirataria, sequestro de pessoas, tráfico de armas e de drogas, pesca ilegal, além de operações de socorro e salvamento.” (BRASIL, 2024 p.1)

Essas iniciativas refletem a importância do Brasil no contexto da segurança marítima global e reforçam a necessidade de um poder naval robusto e preparado para atuar na proteção das rotas marítimas estratégicas da região, em virtude deste crime ocorrer essencialmente no mar, “somente o Poder Naval terá toda a capacidade necessária para combater os piratas, uma vez que é no ambiente marítimo que o Poder Naval apresenta sua maior expressão” (Seiner, 2020, p.36).

O estudo irá analisar de maneira aprofundada o papel do Poder Naval Brasileiro como ferramenta estratégica no combate às ameaças marítimas, enfatizando o emprego da Marinha do Brasil na região e suas operações conjuntas com países africanos. Em seguida, será analisada a pirataria no Golfo da Guiné, sua evolução ao longo da história e os impactos que ela gera para a segurança marítima no Atlântico Sul. Por fim, serão discutidas as estratégias do Brasil para consolidar sua presença no Atlântico Sul e superar os desafios no contexto da ZOPACAS⁶, visando fortalecer sua posição como potência regional e contribuir para a segurança marítima global. O trabalho buscará demonstrar que o fortalecimento do Poder Naval e a ampliação da cooperação internacional são fatores essenciais para garantir a estabilidade marítima no Atlântico Sul e mitigar as ameaças representadas pela pirataria no Golfo da Guiné.

Para explorar esse debate, o presente trabalho será estruturado em três capítulos. Para desenvolver a proposta deste estudo, a estrutura foi organizada em quatro capítulos que se conectam de forma progressiva.

O capítulo inicial, intitulado *Defesa Azul*, tem como propósito estabelecer os fundamentos conceituais e estratégicos que sustentam o Poder Naval brasileiro. A abordagem parte da definição dos conceitos de Poder Marítimo e Poder Naval, conforme delineado em documentos oficiais, e avança para discutir o papel central do Atlântico Sul e da Amazônia Azul nas diretrizes de defesa nacional. Ao final, o capítulo apresenta uma reflexão crítica

⁶ A ZOPACAS foi estabelecida em 1986, por iniciativa do Brasil com o intuito de promover a cooperação regional e a manutenção da paz e da segurança no entorno dos países sul-americanos e da costa ocidental da África que aderiram ao projeto. Esse fórum se propôs a ser o principal mecanismo de articulação, no Atlântico Sul, buscando promover uma maior cooperação regional para o desenvolvimento econômico e social, a proteção do meio ambiente, a conservação dos recursos vivos e não vivos e a segurança de toda a região, sob a perspectiva da integração multilateral, permeada pelo pano de fundo das iniciativas relacionadas à não proliferação de armas nucleares e de destruição em massa.” (BRASIL, 2015, p1)

sobre as capacidades e limitações estruturais da Marinha do Brasil, chamando atenção para o contraste entre os objetivos estratégicos do país e os entraves orçamentários que comprometem sua plena realização.

Na sequência, o foco se volta à região do Golfo da Guiné, considerada atualmente o principal foco de instabilidade marítima no entorno estratégico brasileiro. Nesse contexto, são analisados o cenário geopolítico regional, os marcos jurídicos aplicáveis e as dinâmicas operacionais que envolvem a pirataria local. A caracterização dos grupos criminosos permite compreender melhor a complexidade do problema, conduzindo à discussão sobre as respostas que vêm sendo implementadas, com destaque para a Arquitetura de Yaoundé e os mecanismos de cooperação internacional.

Por fim, o último capítulo aprofunda a análise sobre o papel do Poder Naval brasileiro como instrumento estratégico de defesa e projeção de influência no Atlântico Sul. A discussão contempla desde os fundamentos doutrinários que orientam essa atuação até os desdobramentos práticos observados em exercícios como a GUINEX e na modernização das capacidades operativas dos Fuzileiros Navais, com ênfase no novo perfil litorâneo. Além disso, a diplomacia naval é explorada como um canal de fortalecimento das parcerias Sul-Sul. O capítulo se encerra com uma avaliação crítica dos desafios e oportunidades para a consolidação da liderança regional do Brasil, destacando a importância de uma política marítima de Estado integrada, consistente e voltada para o longo prazo.

2 – DEFESA AZUL: O PODER NAVAL COMO PILAR ESTRATÉGICO DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL

A segurança e o desenvolvimento do Brasil no século XXI estão indissociavelmente ligados à sua capacidade de dominar e proteger seu vasto patrimônio marítimo. A centralidade do mar para a nação é materializada no conceito estratégico da "Amazônia Azul", um imenso espaço de 5,7 milhões de km² que concentra riquezas biológicas e minerais vitais, além de ser a principal via para o comércio exterior do país. Este capítulo explora como a soberania e a

prosperidade brasileiras dependem da integração de todos os recursos nacionais voltados para o mar, o que constitui o Poder Marítimo, e, de forma crucial, da aplicação de seu componente militar, o Poder Naval, como instrumento de defesa e projeção de interesses nesse cenário complexo e disputado.

A projeção dessa estratégia se materializa no Atlântico Sul, definido pelos documentos de defesa como o "entorno estratégico" brasileiro. Essa prioridade geopolítica não se restringe à defesa das fronteiras, mas abrange a salvaguarda de interesses vitais, como as reservas energéticas do pré-sal, a segurança das Linhas de Comunicação Marítima e o fortalecimento de laços de cooperação com os países da costa ocidental africana. O capítulo demonstra que a estabilidade nessa região é fundamental, pois ameaças como a pirataria no Golfo da Guiné, o narcotráfico e a pesca ilegal não apenas violam a soberania, mas também impõem custos econômicos e riscos à segurança que reverberam por todo o Atlântico.

Para concretizar tais objetivos, o Poder Naval brasileiro se apresenta como o instrumento primordial do Estado, exercendo uma função multidimensional que articula dissuasão, diplomacia e segurança. A Marinha do Brasil atua não só na defesa tradicional, mas também como uma ferramenta de política externa, engajando-se em operações multinacionais e fortalecendo a cooperação Sul-Sul. Contudo, o capítulo também lança luz sobre o descompasso entre a magnitude dessas missões e os desafios estruturais enfrentados, como a necessidade de modernização da frota e a limitação de recursos. Assim, a consolidação do Brasil como potência marítima depende tanto do investimento em capacidades estratégicas, como o Programa de Submarinos (PROSUB), quanto do fomento de uma "mentalidade marítima" na sociedade, essencial para garantir o apoio contínuo à defesa da Amazônia Azul.

2.1 Conceitos Fundamentais de Poder Marítimo e Poder Naval

2.1.1 – A Dimensão Marítima da Segurança Nacional

Compreender o que são o Poder Marítimo e o Poder Naval é essencial para entender como os países pensam sua segurança e defesa, especialmente em regiões importantes como o Atlântico Sul. Esta parte do trabalho tem como objetivo explicar esses dois conceitos, mostrando como eles aparecem nos documentos oficiais do Brasil e nas teorias usadas nas

Relações Internacionais.

Segundo a Política Marítima Nacional (PNM), o conceito de Poder Marítimo refere-se ao conjunto de “recursos de que dispõe o Estado para a utilização do mar e das águas interiores como instrumento de ação política e militar e como fator de desenvolvimento econômico, tecnológico e social” (BRASIL, 2025, p2). Em outras palavras, envolve tudo o que o país utiliza para aproveitar o mar, como a marinha mercante, a indústria naval, a pesca, o transporte marítimo, a exploração de petróleo e gás, a pesquisa científica, e também o aspecto militar — o Poder Naval.

Ainda segundo os documentos oficiais brasileiros, como o EMA-301 – Fundamentos Doutrinários da Marinha do Brasil (FDM), o Poder Marítimo é definido como:

A projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter os Objetivos Nacionais. (BRASIL, 2023, p.13)

O Poder Naval, por sua vez, é a parte do Poder Marítimo que se refere especificamente à atuação militar no mar. É a capacidade que a Marinha do Brasil tem de se preparar e agir em conflitos, proteger o território marítimo, garantir presença constante e apoiar ações de cooperação com outros países. A PMN define o Poder Naval como “a parte integrante do poder marítimo capacitada a atuar militarmente no mar, em águas interiores e em áreas terrestres de interesse para as operações navais, incluído o espaço aéreo sobrejacente” (BRASIL, 2025, p.2).

Ele se manifesta através da presença, da dissuasão e da capacidade de emprego efetivo em tempo de guerra ou em operações de paz, contribuindo para o controle das águas jurisdicionais e para a estabilidade regional. O PEM 2040 complementa ao afirmar que “a projeção do Poder Naval, de forma cooperativa, é condição para a manutenção da segurança marítima em áreas de interesse estratégico” (BRASIL, 2020, p.31).

2.1.2 – O Mar como Arena Geopolítica

A compreensão do papel desempenhado pelos oceanos no século XXI é essencial para a análise das relações internacionais contemporâneas. Longe de representarem apenas espaços

vazios entre os continentes, os mares configuram-se como um sistema vital para a dinâmica geopolítica global. Nas palavras do almirante James Stavridis⁷, ecoando uma antiga máxima da Marinha Real Britânica, “o mar é um só” — uma metáfora poderosa que resume a ideia de unidade funcional dos oceanos como espaço contínuo de circulação e interação entre os povos (STAVRIDIS, 2017, p. 12, tradução nossa). Assim, os mares tornam-se, simultaneamente, o sistema circulatório do comércio global, um espaço de disputa estratégica e um campo de ação para diversas formas de cooperação e conflito.

Geoffrey Till⁸, em sua obra “*Seapower – A Guide for the Twenty-First Century*”, destaca quatro atributos estruturais dos oceanos que justificam a centralidade do mar na geopolítica mundial: o mar como recurso, meio de transporte, canal de informação e espaço de domínio (TILL, 2009, p.23, tradução nossa). Esses pilares definem a natureza multifacetada do ambiente marítimo, cuja importância tem sido continuamente reafirmada diante das transformações tecnológicas, econômicas e securitárias do sistema internacional.

Um dos aspectos mais relevantes é a capacidade de projeção de poder a partir do mar para influenciar acontecimentos em terra. Sir Julian Corbett, teórico britânico clássico da estratégia naval, afirmava que “grandes questões entre nações em guerra sempre foram decididas [...] pelo que a frota torna possível que o exército faça” (CORBETT, 1911 apud TILL, 2009, p. 22, tradução nossa). Tal afirmação revela o papel decisivo do poder naval na articulação das estratégias de segurança e defesa nacional, integrando o mar como plataforma tática e estratégica de ação.

Além disso, os oceanos são o principal vetor do comércio internacional. Stavridis salienta que as rotas marítimas constituem “a força vital da nossa economia global” (2017, p. 10, tradução nossa). A globalização moderna se estrutura sobre a eficiência logística dos mares, dos portos e da indústria naval, o que torna o controle e a segurança desses espaços uma prioridade para os Estados. Não se trata apenas de proteger bens materiais, mas de assegurar a estabilidade de sistemas inteiros de produção e abastecimento.

Paralelamente, os mares abrigam recursos naturais estratégicos, como jazidas de petróleo, gás, minerais e uma vasta biodiversidade marinha (TILL, 2009, p. 287). O domínio sobre esses recursos implica também em disputas de soberania, direito internacional e defesa

⁷ Almirante aposentado da Marinha do Estados Unidos e presidente emérito do conselho de diretores do Instituto Naval do Estados Unidos.

⁸ Historiador naval britânico e professor emérito de estudos marítimos no Departamento de Estudos de Defesa do King's College London. Ele é diretor do Centro Corbett de Estudos de Política Marítima.

ambiental. Portanto, o mar é igualmente um ambiente de poder simbólico e material, onde os Estados projetam suas capacidades, constroem alianças e definem zonas de influência. Nesse sentido, Till define o poder marítimo como “a capacidade de influenciar o comportamento de outras pessoas pelo que se faz no mar ou a partir do mar” (2009, p. 21, tradução nossa).

Essa realidade encontra eco direto na situação geopolítica do Brasil. Com mais de 7.400 quilômetros de litoral e uma imensa zona econômica exclusiva — chamada de Amazônia Azul⁹ —, o país está inexoravelmente vinculado ao mar como eixo de desenvolvimento e segurança. As reservas de petróleo descobertas na camada do pré-sal, localizadas em áreas marítimas, reforçam ainda mais essa dependência estratégica do ambiente oceânico. Nesse contexto, a defesa dos interesses nacionais marítimos torna-se imperativa. A importância de proteger tais interesses é universal, pois, como escreveu Alfred Thayer Mahan:

A necessidade de uma marinha brota da existência da navegação pacífica e desaparece com ela, exceto no caso de uma nação que tem tendências agressivas e mantém uma marinha meramente como um ramo do estabelecimento militar (MAHAN, 1890 apud TILL, 2009, p. 100, tradução nossa).

Apesar de seu histórico de estabilidade, o Atlântico Sul está longe de ser um mar inteiramente pacífico. Problemas como narcotráfico, crimes ambientais e pesca ilegal tornam essa região um espaço de desafios à soberania e à segurança. Stavridis chama atenção para essa realidade ao se referir aos oceanos como “o mar sem lei” (the outlaw sea), ressaltando o caráter anárquico e, por vezes, desgovernado de certas zonas marítimas (STAVRIDIS, 2017, p.210, tradução nossa). A ampliação das áreas marítimas sob jurisdição nacional — promovida pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) — trouxe consigo responsabilidades proporcionais. Till lembra que, com essa nova configuração, “muitos países pequenos se viram com enormes novas faixas de território marinho que agora precisam proteger” (TILL, 2009, p.90, tradução nossa).

É nesse cenário que o Poder Naval assume um papel estratégico de múltiplas dimensões. Sua primeira função é o controle do mar (*sea control*) — não mais na acepção clássica de domínio absoluto, mas como controle realista em áreas limitadas e por períodos de tempo limitados. Este conceito, que substituiu a noção absolutista de “comando do mar”, foi definido pelo Almirante Stansfield Turner da seguinte forma:

⁹ Espaço marítimo do País, compreendidos o mar, o leito e o subsolo marinhos, na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da plataforma continental brasileira. (BRASIL, 2025, p.1)

O novo termo ‘Controle do Mar’ destina-se a conotar um controle mais realista em áreas limitadas e por períodos de tempo limitados [...] não é mais concebível, exceto no sentido mais limitado, controlar totalmente os mares para uso próprio ou negá-los totalmente a um inimigo (TURNER, 1974 apud TILL, 2009, p. 152, tradução nossa).

A segunda função é a garantia da ordem no mar (*good order at sea*), definida pela Marinha Real Britânica como: “Ações desempenhadas por unidades militares em parceria com outros departamentos governamentais, agências e parceiros internacionais no ambiente marítimo para combater atividades ilegais e apoiar a liberdade dos mares, a fim de proteger interesses nacionais e internacionais” (MOD (UK), 2008 apud TILL, 2009, p. 286, tradução nossa).

A terceira função é a diplomacia naval. O uso da presença marítima para fins políticos, como dissuasão, demonstração de força e construção de confiança. O Almirante Gorshkov, da Marinha Soviética, reconheceu seu valor ao afirmar que “ações demonstrativas da marinha em muitos casos tornaram possível alcançar fins políticos sem recorrer à luta armada, apenas pressionando com seu próprio poder potencial e ameaçando iniciar operações militares” (GORSHKOV, 1979 apud TILL, 2009, p. 254, tradução nossa).

Por fim, a capacidade de projeção de poder, que envolve “o uso de forças militares baseadas no mar para influenciar diretamente eventos em terra” (TILL, 2009, p. 184, tradução nossa), permanece como um componente essencial para a defesa dos interesses do Estado em cenários distantes.

Em suma, o mar é a arena onde se desenrola grande parte do jogo geopolítico do século XXI. Para o Brasil, essa arena é central para seu projeto de desenvolvimento, sua segurança e sua inserção soberana no mundo. Com uma das maiores zonas econômicas exclusivas do planeta, chamada de Amazônia Azul, o País reconhece a importância estratégica de proteger esse imenso território marítimo.

Com cerca de 5,7 milhões de km², essa área concentra riquezas como petróleo, gás, biodiversidade marinha e recursos minerais que são essenciais para o desenvolvimento econômico e energético do país. A Marinha do Brasil tem como responsabilidade proteger e garantir a soberania sobre toda essa extensão, o que exige constante vigilância, presença e preparo técnico. Nesse sentido, A END reforça que:

Em que pese a possibilidade de se fazer presente além dos limites nacionais, devido à sua intrínseca mobilidade e permanência, o Poder Naval brasileiro concentrará esforços na Amazônia Azul®, área marítima sob jurisdição do Brasil [...] O contínuo processo de adequação do Poder Naval para cumprir sua destinação constitucional primordial, a defesa da Pátria, e para atender às atribuições

subsidiárias da Marinha do Brasil, deve visar ao fortalecimento das capacidades estratégicas¹⁰ (BRASIL, 2024, p.22).

A END complementa que a capacidade de negar o uso do mar ao inimigo e garantir sua utilização pelas próprias forças são umas das tarefas básicas¹¹ da atuação do Poder Naval (BRASIL, 2024, p.93). O Poder Naval, portanto, é o instrumento estratégico por excelência que permite ao Estado não apenas proteger seus vastos interesses marítimos, mas também atuar como um agente de estabilidade em seu entorno.

2.1.3 – A Amazônia Azul e a Ampliação da Plataforma Continental

O recente reconhecimento, pela Organização das Nações Unidas (ONU), da ampliação da plataforma continental brasileira¹² em 360 mil km², ao longo da chamada Margem Equatorial, consolida não apenas a dimensão geográfica da Amazônia Azul, mas também reforça a importância estratégica do poder marítimo e, em particular, do poder naval na proteção e exploração desses espaços.

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece a ampliação do território marítimo brasileiro em 360 mil km², em uma região que se estende da foz do Rio Oiapoque (AP) ao litoral norte do Rio Grande do Norte, abrangendo as bacias sedimentares da foz do Rio Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar – chamada de Margem Equatorial. (BRASIL, 2025)

¹⁰ São as capacidade estratégicas do Poder Naval: Adaptabilidade, consciência situacional, cooperatividade, expedicionária, mobilidade, permanência, poder de combate, presença, prontidão e resiliência. (BRASIL, 2024, p.93)

¹¹ São tarefas básicas do Poder Naval: Negar o uso do mar, controlar áreas marítimas e águas interiores, projetar poder, realizar a proteção marítima, prover a segurança aquaviária e contribuir para a segurança e o desenvolvimento nacional. (BRASIL, 2024, p.93)

¹² Abrange o leito e o subsolo das áreas marinhas que se estendem além do seu mar territorial, por todo o seu prolongamento natural até o limite externo da margem continental ou até a uma distância de 200 milhas marítimas, medidas a partir das linhas de base utilizadas para medir o mar territorial, sempre que o limite externo da margem continental for inferior a essa distância. (BRASIL, 2015, p.210)

Imagem 1: Mapa político do Brasil com a inclusão da Amazônia Azul



Fonte: Marinha do Brasil. “Mapa da Amazônia Azul”¹³

Essa conquista, fruto de uma longa cooperação técnico-diplomática entre a Marinha do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores, amplia de maneira significativa os direitos soberanos do país sobre recursos vivos e não vivos em uma área de alta relevância geopolítica e econômica. Assim, “o País passa a ter direito de explorar riquezas do solo e do subsolo marinho, em uma área equivalente à do território da Alemanha.” (BRASIL, 2025)

Ao mesmo tempo em que eleva a projeção internacional do Brasil como potência marítima emergente, a decisão da ONU exige a intensificação da presença estatal e da vigilância em mar aberto, cabendo ao Poder Naval o papel de agente central na salvaguarda dos interesses nacionais. Esse episódio ilustra, portanto, como o mar deve ser compreendido não apenas como meio de circulação ou exploração econômica, mas como uma arena

¹³Disponível em: https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/mapa-politico.html . Acesso em: 29 maio 2025.

estratégica fundamental para o exercício pleno da soberania brasileira no século XXI.

O dinamismo e a evolução de cenários oceanopolíticos e interesses de toda a ordem demandam, cada vez mais, uma presença robusta da MB na Amazônia Azul, além do desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle, capazes de enfrentar as ameaças, presentes e futuras. Essa perspectiva inicial serve de base para compreender o papel do Poder Naval brasileiro como instrumento de defesa, dissuasão e diplomacia. (BRASIL, 2024, p.70)

2.2 – O Atlântico Sul como Espaço Geopolítico Prioritário para o Brasil

2.2.1 – O Entorno Estratégico e as Prioridades da Defesa Nacional

A formulação da política de defesa brasileira reconhece o Atlântico Sul como uma região central para os interesses do país. Essa percepção está ligada a uma ideia importante presente em vários documentos estratégicos do Brasil: o chamado “entorno estratégico”. Esse conceito é usado para indicar as áreas geográficas mais relevantes para a segurança, o desenvolvimento e a atuação internacional do Estado brasileiro. A Estratégia Nacional de Defesa e a Política Nacional de Defesa são claras ao tratar o Atlântico Sul não só como um espaço físico, mas como um ambiente de projeção de poder e cooperação internacional.

Como reforça a PND, o entorno estratégico abrange mais do que o território imediato. Ele engloba áreas com importância geopolítica direta para o Brasil, especialmente no que diz respeito à segurança regional, aos fluxos comerciais e aos recursos naturais. O documento afirma:

Sem desconsiderar a esfera global, a PND estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países africanos limítrofes ao Atlântico Sul e a Antártica. (BRASIL, 2024, p.3).

Essa definição mostra que o Brasil não se limita a proteger suas fronteiras terrestres e marítimas imediatas, mas busca também contribuir para a estabilidade de uma região mais ampla que influencia diretamente sua segurança. A preocupação com o Atlântico Sul envolve a proteção das rotas marítimas, o monitoramento de atividades ilegais no mar, o fortalecimento de parcerias estratégicas com países da costa africana e a atuação em fóruns multilaterais voltados para a paz e a cooperação.

Imagem 2: Mapa do Entorno Estratégico Brasileiro



Fonte: Marinha do Brasil – Plano Estratégico da Marinha 2040¹⁴

Além de ocupar uma posição geográfica central para os interesses brasileiros, o Atlântico Sul também se destaca por sua importância estratégica em diversas áreas. Ele reúne fatores que vão muito além da geopolítica tradicional, envolvendo questões como energia, comércio, meio ambiente e segurança nacional. Uma das principais riquezas dessa região está relacionada às grandes reservas de petróleo e gás natural, especialmente na área do pré-sal¹⁵. A exploração desses recursos é considerada essencial para garantir o abastecimento energético do país e impulsionar sua economia.

Mas os recursos naturais não são o único motivo para essa atenção estratégica. O mar territorial brasileiro, que forma a chamada Amazônia Azul, também é fundamental para o comércio exterior. A maior parte das exportações e importações do Brasil passa por rotas marítimas que cruzam o Atlântico Sul. Além disso, essa região concentra uma biodiversidade

¹⁴ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/publicacoes/pem2040> Acesso em: 1 ago. 2025.

¹⁵ Formação geológica localizada na plataforma continental brasileira, reconhecida por conter as maiores reservas de petróleo e gás natural do país. Com cerca de 800 quilômetros de extensão, do litoral do Espírito Santo até o de Santa Catarina, a camada é coberta por uma espessa faixa de sal e alcança profundidade superior a sete mil metros. A existência de petróleo na região foi confirmada em 2006. Em maio de 2024, o pré-sal já representava 78,3% da produção total de petróleo e gás natural do Brasil. (BRASIL, 2025, p.1)

marinha única, tem relevância para a pesca, influencia diretamente o clima e exerce um papel importante na regulação climática global. Como ressalta o LBDN:

“Importância inquestionável por ser a principal via de transporte do comércio exterior do País, pela biodiversidade marinha, pelos recursos pesqueiros, além de sua influência sobre o clima brasileiro e o papel do oceano como regulador climático global.” (BRASIL, 2024, p.73)

Essa valorização estratégica é reforçada na própria Política Nacional de Defesa, que ressalta a abundância de recursos naturais na região e alerta para o crescimento da competição internacional e o aumento dos gastos com defesa em diversas partes do mundo.

A América do Sul, o Atlântico Sul, a Antártica e os países africanos limieiros ao Atlântico Sul detêm significativas reservas de recursos naturais [...] no plano global, observa-se uma significativa expansão dos gastos militares em defesa. O acirramento da competição estratégica entre os países pode levar a transbordamentos para os ambientes regionais, com a possibilidade de gerar impactos sobre os interesses nacionais.. (BRASIL, 2024, p.11)

2.2.2 – Recursos Estratégicos e a Centralidade da Amazônia Azul

Proteger esse vasto espaço marítimo vai além do exercício da soberania: é uma necessidade prática, já que quase 95% do comércio exterior do país é feito por via marítima (BRASIL, 2023, p.10). Isso inclui o transporte de combustíveis, grãos, minérios e diversos outros produtos que movimentam a economia nacional. Como reconhece a END: “O Atlântico Sul é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil. A proteção dos recursos naturais existentes nas águas, no leito e no subsolo marinho sob jurisdição brasileira é uma prioridade do País.” (BRASIL, 2024, p.17)

Esse controle exige muito mais do que simples monitoramento. Ele demanda presença ativa, pronta resposta, patrulhamento contínuo e dissuasão eficaz. As ameaças contemporâneas no mar — como pirataria, tráfico de drogas, contrabando e pesca ilegal — exigem uma estrutura militar bem preparada. A PND deixa claro:

O Brasil adota uma postura estratégica baseada na existência de uma estrutura com credibilidade, capaz de gerar efeito dissuasório. Nesse contexto, a Defesa Nacional contribui para a Segurança Nacional ao fortalecer a dissuasão, com vistas à preservação da soberania, da inviolabilidade territorial e dos interesses nacionais. (BRASIL, 2024, p.16)

2.2.3 – Diplomacia Naval e Cooperação Internacional

O Atlântico Sul também é um espaço que conecta dois continentes: América do Sul e África. Esse contato direto, especialmente com os países africanos do Golfo da Guiné, reforça a importância da cooperação internacional. De acordo com o PEM 2040, a costa ocidental africana é vista como uma região sensível do ponto de vista da segurança, devido aos crimes transnacionais recorrentes. O documento afirma que o Brasil precisa adotar uma política externa mais participativa e voltada à colaboração com os países dessa região, com foco em segurança marítima (BRASIL, 2020, p.25).

Nesse contexto, o conceito da “Amazônia Azul” ajuda a reforçar a dimensão marítima da identidade nacional. Ele mostra que o mar é tão estratégico, diverso e valioso quanto a própria floresta amazônica. Como bem descreve o documento:

É um ecossistema de dimensões e riqueza de recursos naturais que, acrescida da plataforma continental, é comparável à Amazônia brasileira, razão pela qual esse conjunto é conhecido como Amazônia Azul. (BRASIL, 2024, p.5)

A concepção de soberania, portanto, ultrapassa o plano terrestre e se estende à plataforma continental, zona econômica exclusiva e áreas além das 200 milhas náuticas reconhecidas pela ONU como parte da jurisdição brasileira. A defesa da soberania, portanto, não pode se restringir ao continente. Ela precisa se estender às águas sob jurisdição brasileira e até mesmo às áreas reconhecidas pela ONU como pertencentes ao Brasil além das 200 milhas náuticas.

Além da defesa territorial, a atuação naval brasileira no Atlântico Sul tem também uma dimensão diplomática. Ela contribui para a política externa ao garantir presença constante e promover parcerias. A participação do Brasil em operações conjuntas, como a GUINEX¹⁶, reforça essa abordagem cooperativa e evidencia o uso da diplomacia naval como uma ferramenta de *soft power*¹⁷, ampliando a projeção do país como um ator comprometido com a segurança regional. Como reforça a PND:

¹⁶ Realização de exercícios navais combinados com as Marinhas Amigas, conduzida pela MB no Golfo da Guiné. (BRASIL, 2025, p.1)

¹⁷ Capacidade de um país influenciar as decisões e comportamentos de outros atores internacionais não por coerção ou pagamento, mas através da atração e persuasão, utilizando recursos culturais, valores ideológicos, políticas externas e a projeção de uma imagem positiva.

A Marinha colabora com a Política Externa do Brasil por meio do intercâmbio e cooperação com diversos países, realizando ações de Diplomacia Naval, de modo complementar, em coordenação com os Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa. (BRASIL, 2024, p.98)

A atuação no Atlântico Sul, portanto, deve ser compreendida como uma estratégia que articule a segurança energética, proteção ao comércio exterior, dissuasão de ameaças e fortalecimento da cooperação internacional. Nesta lógica, a PMN aponta como objetivos assegurar:

O exercício da soberania brasileira para coibir ameaças nos espaços marítimos estratégicos, o fortalecimento da posição brasileira como ator influente no sistema internacional, sobretudo no Atlântico Sul, o incremento da segurança marítima no mar, dentre outras ações. (BRASIL, 2025, p.2)

Essa crescente ênfase na cooperação e na diplomacia naval, contudo, exige que o Poder Naval brasileiro possua capacidades adequadas e supere desafios estruturais significativos, temas que serão abordados a seguir.

2.3 Capacidades e Desafios do Poder Naval Brasileiro no Atlântico Sul

2.3.1 – Projeção Regional e Função Multidimensional da Marinha do Brasil

O Brasil, ao buscar consolidar sua posição como uma potência marítima emergente, precisa lidar com o desafio constante de fortalecer sua Marinha e se adaptar ao cenário geopolítico dinâmico do Atlântico Sul. A presença naval é mais do que um elemento de defesa, mas sim, uma forma de garantir soberania e influenciar ativamente os rumos políticos e estratégicos da região.

Como reconhecido pela doutrina nacional, a atuação do poder naval vai muito além de períodos de conflito armado. Em tempos de paz ou em situações de tensão internacional, a presença da Marinha exerce forte influência no campo da diplomacia e da política externa. Conforme ressalta o Plano Estratégico da Marinha:

A atuação do Poder Naval, como instrumento de “apoio à política externa”, é clássica e não se limita aos períodos de conflito armado ou de guerra, exercendo, também, forte influência nos períodos de paz e em situações de crise político-estratégica. (BRASIL, 2020, p.51)

A Marinha do Brasil representa a dimensão militar do poder marítimo e integra

diversas frentes da ação do Estado no mar — segurança, política e economia. De acordo com a Política Marítima Nacional (PMN), o poder naval é a “parte integrante do poder marítimo capacitada a atuar militarmente no mar, em águas interiores e em áreas terrestres de interesse para as operações navais, incluído o espaço aéreo sobrejacente” (Brasil, 2025, p.4). Isso mostra como o papel da Marinha é abrangente, exigindo constante modernização e capacidade de resposta frente a novas ameaças e demandas operacionais.

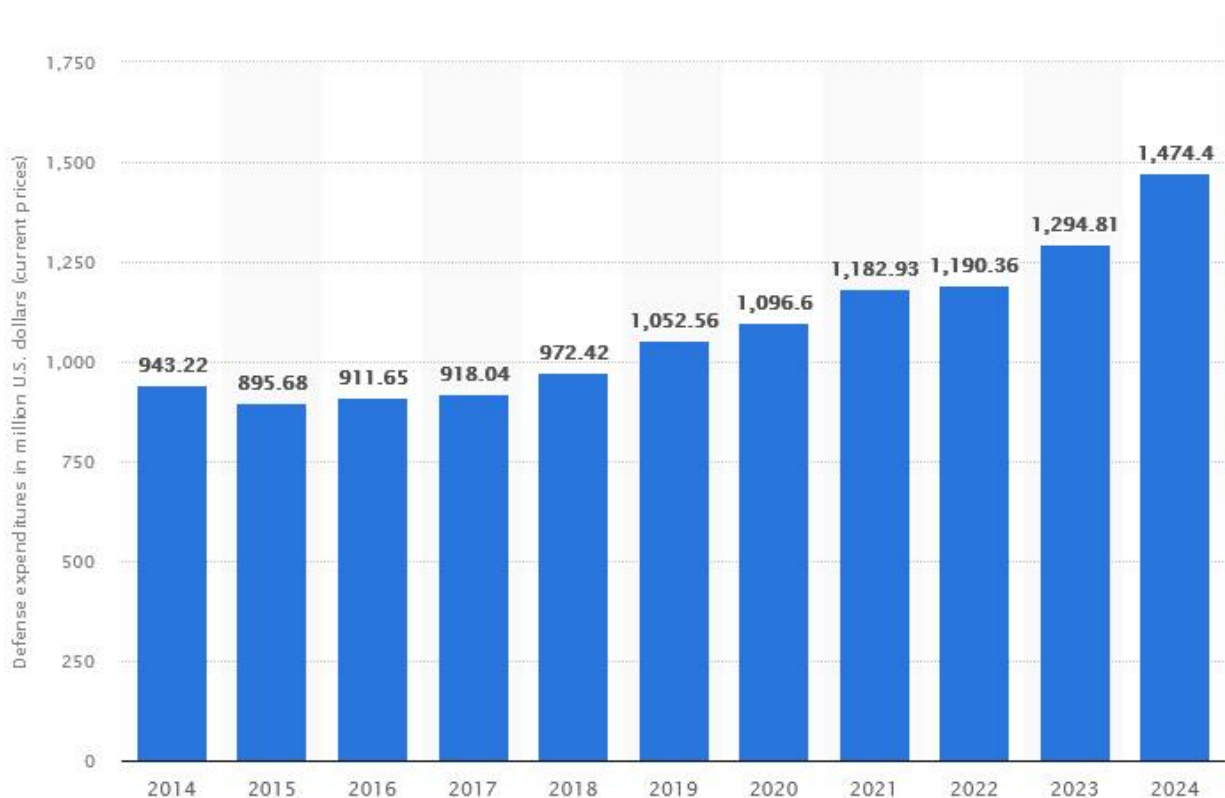
2.3.2 – Limitações Operacionais e Demandas de Modernização

Apesar dos avanços doutrinários e da clareza de seus objetivos estratégicos, o Poder Naval brasileiro enfrenta um desafio estrutural significativo: o descompasso crônico entre a magnitude de suas responsabilidades e os recursos efetivamente disponíveis. A Marinha do Brasil opera com dotações orçamentárias limitadas e, mais grave, sob a constante incerteza da descontinuidade. Essa realidade impõe severas limitações operacionais e compromete o ritmo dos programas de modernização, essenciais para garantir que a frota não se torne obsoleta frente às novas ameaças.

O cenário estratégico global atravessa um período de intensa militarização, com os gastos mundiais em defesa atingindo o maior patamar desde o fim da Guerra Fria. Um relatório do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI) revela que, em 2024, os investimentos militares globais alcançaram a cifra de US\$ 2,718 trilhões, um aumento de 9,4% em relação ao ano anterior, impulsionado por conflitos na Ucrânia e na Faixa de Gaza, bem como por tensões crescentes na Europa e na Ásia. (SIPRI, 2025)

Países europeus da OTAN, como Alemanha, Polônia e Romênia, registraram aumentos expressivos, motivados pela percepção de ameaça russa, enquanto na Ásia, nações como Japão e Filipinas expandiram seus orçamentos em resposta direta ao fortalecimento militar da China (LONDON, 2025). Essa escalada nos investimentos reflete uma tendência internacional de priorização da defesa e do fortalecimento de capacidades militares como resposta às incertezas e aos conflitos do sistema internacional.

Gráfico 1: Despesas combinadas de defesa dos países da OTAN de 2014 a 2024



Fonte: STATISTA - 2025¹⁸

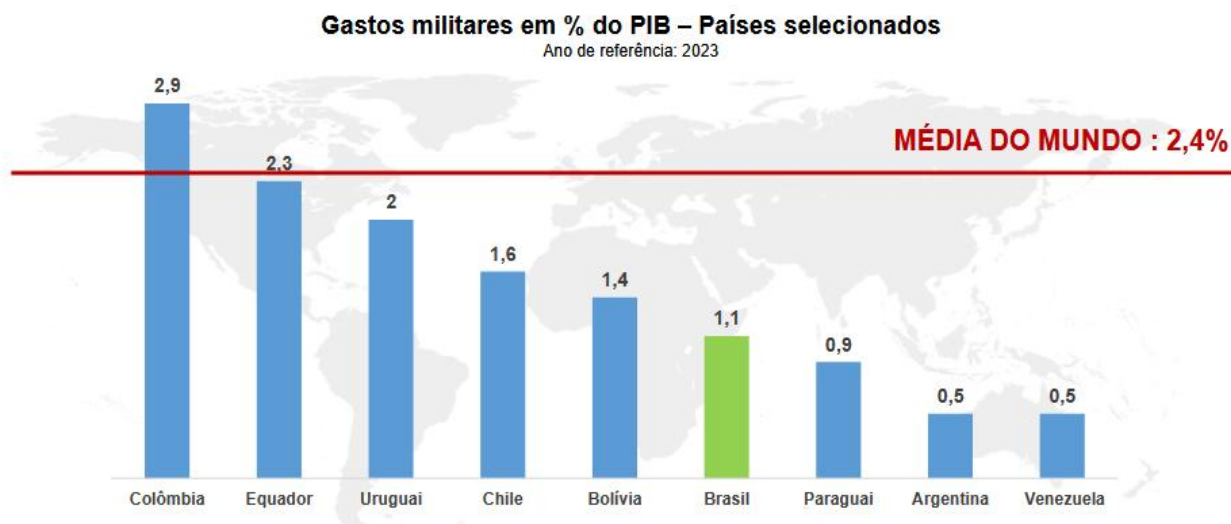
Em um contraponto direto a essa conjuntura global de rearmamento, o Brasil adota uma postura que destoa do movimento observado nas principais potências e em seu próprio entorno regional. O corte de 2,6 bilhões do orçamento do Ministério da Defesa, anunciado em 2025, trás grandes preocupações às Forças Armadas brasileiras, num período tão delicado das relações entre os atores do sistema internacional. Enquanto o mundo registra a maior corrida armamentista em quatro décadas, o Brasil enfrenta um cenário de contingenciamento e instabilidade em seu orçamento de defesa, evidenciado pela própria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional como “o país da América do Sul que menos aplica em defesa” (CREDN, 2025, p.3)

¹⁸ Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1293301/combined-defense-expenditures-nato/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

Gráfico 2: Ranking Mundial de Gastos Militares

Ranking Mundial de Gastos Militares

O Brasil é um dos países da América do Sul que menos recursos aplica em Defesa



Fonte: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional¹⁹

Tais cortes impactam diretamente a capacidade operacional da Esquadra e ameaçam o cronograma de projetos vitais para o futuro do Poder Naval. O mais emblemático deles é o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que, conforme o PEM 2040, visa "aumentar o poder dissuasório do Brasil com submarinos convencionais e, futuramente, com propulsão nuclear" (BRASIL, 2020, p. 35). A interrupção ou lentidão no fluxo de recursos para o PROSUB não apenas adia a obtenção de uma capacidade estratégica ímpar, mas também gera custos adicionais e desmobiliza uma cadeia industrial de alta tecnologia.

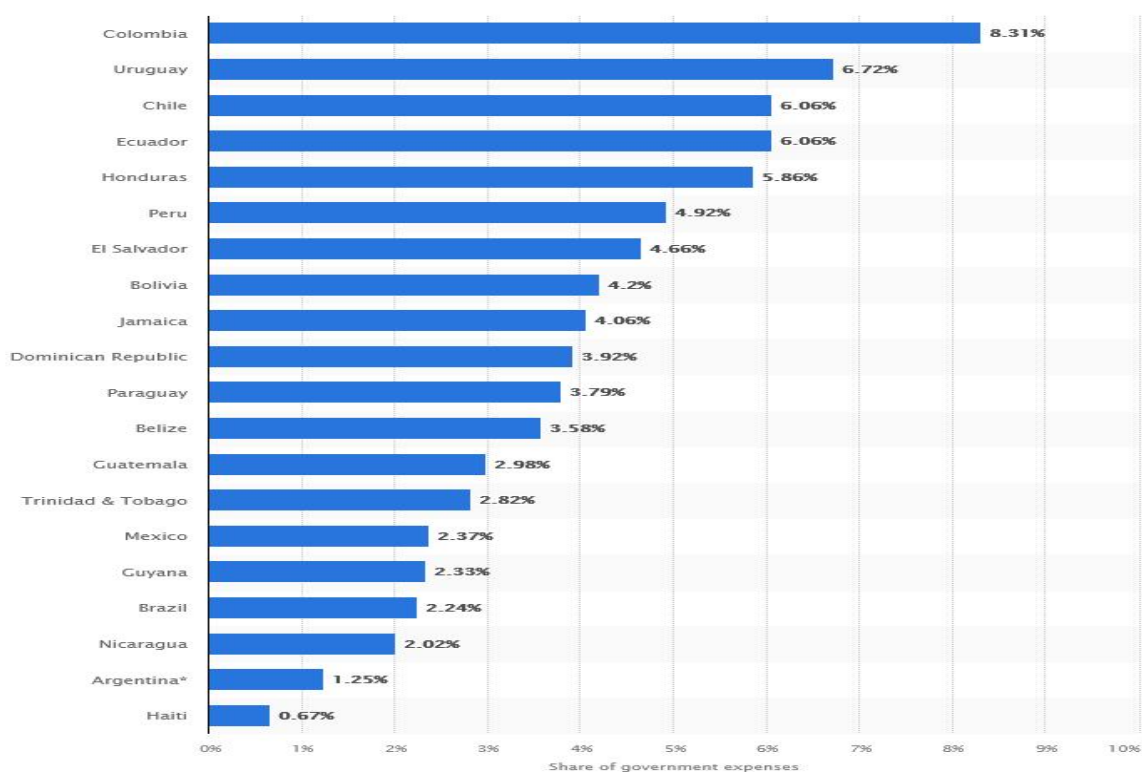
Essa dissonância estratégica gera um paradoxo preocupante: ao mesmo tempo em que o Brasil define em seus documentos oficiais o Atlântico Sul como um espaço geopolítico prioritário, conforme estabelecido na própria PMN, por meio da qual o país deve: “estimular a presença nacional em áreas marítimas de interesse” e “fortalecer a cooperação em proveito da segurança marítima, em especial com os estados limítrofes do Atlântico Sul” (Brasil, 2025, p.3) e reconhece a necessidade de um Poder Naval crível para a dissuasão, a realidade

¹⁹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/apresentacoes-em-eventos/apresentacoes-de-convidados-em-eventos-de-2025/audiencia-publica-fundos-militares-de-defesa/apresentacao-do-ministerio-da-defesa/view>. Acesso em: 22 jul. 2025.

orçamentária limita severamente a capacidade do país de modernizar suas Forças Armadas e de sustentar sua presença em áreas de interesse.

A decisão de cortar recursos, portanto, não apenas adia projetos estratégicos essenciais, mas também coloca o Brasil em uma posição de crescente vulnerabilidade, indo na contramão da tendência global de fortalecimento da defesa como instrumento indispensável para a salvaguarda da soberania e dos interesses nacionais. Vulnerabilidade que pode ser constatada até mesmo em relação aos países da América do Sul, conforme gráfico com gastos militares com receitas públicas dos governos de países da América do Sul, no ano de 2023.

Gráfico 3: Gastos militares em porcentagem das despesas públicas em 2023



Fonte: STATISTA - 2025²⁰

Essa instabilidade orçamentária compromete não apenas a defesa da Amazônia Azul, mas também a capacidade do Brasil de projetar influência e atuar de forma crível em seu entorno estratégico. A presença naval contínua, essencial para missões de diplomacia e para o

²⁰ Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/794115/military-spending-share-govnrment-expenditure-latin-america/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

combate a ameaças transnacionais como a pirataria no Golfo da Guiné, depende de uma frota moderna, bem mantida e em número suficiente. Sem a superação desses desafios estruturais, a estratégia delineada nos documentos de defesa corre o risco de permanecer mais no campo das aspirações do que das capacidades efetivas.

2.3.3 – Mentalidade Marítima e Consciência Situacional como Vetores de Soberania

A modernização da força naval necessita ainda de um sistema eficiente de Comando e Controle, que inclui vigilância, monitoramento e integração de dados em tempo real. Como destaca a PMN como um dos objetivos: “Aperfeiçoamento de sistemas, capacidades e infraestruturas responsáveis pela defesa, pela operação e pela segurança do tráfego aquaviário” (Brasil, 2025, p.6). Isso inclui desde os sistemas de vigilância e monitoramento até a integração de informações marítimas que permitam responder a eventos em tempo real.

Além disso, o conceito de Consciência Situacional Marítima tem ganhado espaço na doutrina. Ele se refere à capacidade de entender, antecipar e responder a eventos relevantes no mar, considerando também aspectos como crimes ambientais, pesca ilegal, tráfico de drogas e pirataria (Brasil, 2025, p.1).

Uma das formas de superar esses obstáculos está na promoção da mentalidade marítima, compreendida como o “modo de pensar sobre a importância do mar e das águas interiores para a vida dos brasileiros e para o desenvolvimento nacional” (Brasil, 2025, p.1), ou seja, na valorização do mar como parte fundamental da identidade e do desenvolvimento nacional. Essa consciência deve fazer parte das políticas públicas e da formação dos cidadãos.

Por fim, é importante destacar que a Marinha do Brasil também exerce funções diplomáticas e humanitárias, participando de missões internacionais, cooperando com outros países e promovendo a paz. Assim, a atuação internacional da MB contribui para a consecução dos objetivos nacionais de defesa, previstos na PND, sobretudo no tocante à estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais (Brasil, 2024, p.14).

Portanto, o poder naval brasileiro não é apenas uma ferramenta de defesa, mas um componente essencial da política externa, da segurança nacional e da projeção internacional do Brasil. Para manter essa relevância, é preciso enfrentar os desafios existentes e investir em

inovação, integração e presença contínua nos espaços marítimos estratégicos.

3 – A NOVA FACE DO PERIGO NO ATLÂNTICO SUL: PIRATARIA E INSTABILIDADE NO GOLFO DA GUINÉ

O Golfo da Guiné tem ganhado notoriedade no cenário internacional como um dos espaços marítimos mais instáveis do Atlântico Sul. Por ali transitam rotas comerciais estratégicas que ligam continentes, interesses energéticos vitais para diversas economias e uma crescente preocupação com a segurança no mar. Ao mesmo tempo em que concentra riquezas naturais e reservas expressivas de petróleo e gás, a região é marcada por instituições frágeis, disputas geopolíticas silenciosas e redes criminosas bem estruturadas. A pirataria, somada ao roubo armado contra navios e a outras práticas ilícitas, tornou-se uma ameaça recorrente — com efeitos que ultrapassam as fronteiras da costa africana e reverberam no comércio e na segurança global.

As ameaças que emergem nesse espaço marítimo não se restringem à violência direta. Elas operam de forma fragmentada, adaptável, e muitas vezes invisível, explorando lacunas institucionais e jurídicas que dificultam uma reação eficiente por parte dos Estados costeiros. Muitos deles carecem de recursos e capacidade naval para manter uma vigilância constante, o que os torna alvos vulneráveis a crimes transnacionais. Em meio a esse cenário, tem se fortalecido a articulação de respostas regionais e internacionais, como o Código de Conduta de Yaoundé, e a ampliação da presença de atores externos comprometidos com a segurança marítima, como é o caso do Brasil.

A participação brasileira nesse ambiente de crescente complexidade reforça não apenas sua responsabilidade estratégica no Atlântico Sul, mas também sua capacidade de exercer influência por meio de ações concretas de cooperação, presença naval e diplomacia regional. Com uma das maiores zonas econômicas exclusivas do planeta, o Brasil reconhece que a estabilidade no entorno africano é indissociável da sua própria segurança. Embarcações brasileiras em exercícios conjuntos, apoio técnico a marinhas africanas e o fortalecimento de

laços com organizações multilaterais evidenciam o compromisso do país com a construção de um Atlântico Sul seguro, integrado e pacífico.

O objetivo deste capítulo é compreender como o Golfo da Guiné se transformou em uma região prioritária no campo da segurança marítima internacional. Para isso, serão examinadas as dinâmicas geopolíticas que envolvem o espaço, o perfil das ameaças predominantes — com ênfase na pirataria — e as estratégias de resposta articuladas por países africanos, potências externas e organismos multilaterais. A atuação brasileira será analisada como parte central dessa arquitetura, revelando sua contribuição para a governança marítima e para o fortalecimento de uma cooperação voltada à proteção das rotas e à estabilidade do Atlântico Sul.

3.1 – Contexto Estratégico do Golfo da Guiné

3.1.1 – A Geopolítica do Golfo da Guiné

O Golfo da Guiné ocupa uma posição geoestratégica privilegiada no Atlântico Sul, servindo como um elo vital entre os continentes africano, europeu e americano. Sua localização, que se estende do Senegal até Angola, transforma essa bacia marítima em um corredor essencial para o comércio internacional e para as linhas de comunicação marítima, que sustentam fluxos energéticos e comerciais de importância global. A região funciona como interface atlântica entre os hemisférios Norte e Sul, bem como entre as economias desenvolvidas e os países em desenvolvimento, conforme ressalta Vaz:

A sua posição geográfica conecta-se à circulação costeira africana, como às rotas que demandam o Atlântico Norte ou o Atlântico Sul e, através deste, o Índico ou o Pacífico, o que concede a característica de rota marítima cosmopolita tornando-a uma zona imprescindível ao comércio internacional (2023, p. 7).

Imagem 3: Países do Golfo da Guiné



Fonte: Núcleo de Avaliação da Conjuntura - NAC. 2022²¹

Esse posicionamento geográfico não apenas facilita o escoamento de recursos naturais, como também torna o Golfo da Guiné um foco de atenção internacional, dada a concentração de ativos estratégicos e a fragilidade institucional de vários de seus Estados costeiros. A bacia é especialmente relevante para o mercado energético global, pois concentra algumas das maiores reservas petrolíferas da África. Como aponta Popoola, a região abriga cerca de 60 bilhões de barris de petróleo em reservas provadas, e aproximadamente 30% do petróleo exportado pelo continente africano tem origem nessa área, com destaque para países como Nigéria, Angola, Guiné Equatorial e Gana (POPOOLA, 2023, p. 3).

Essa abundância de recursos atrai uma quantidade indeterminada de interessados, tanto de potências regionais quanto extrarregionais. Países como China, Rússia, França e Estados Unidos mantêm presença ativa no entorno, seja por meio de parcerias comerciais, acordos de cooperação em segurança marítima ou mesmo pela instalação de bases navais.

²¹ Disponível em: <https://www.defesaareanaval.com.br/operacoes-anti-pirataria/resolucao-da-onu-exorta-o-combate-aos-ilicitos-no-golfo-da-guine>. Acesso em: 17 abr. 2025.

As recentes descobertas de novas reservas de hidrocarbonetos têm feito aumentar ainda mais o interesse geoestratégico por esta região, quer por parte de algumas potências ocidentais — EUA, Reino Unido e França — quer ainda por algumas das potências emergentes — África do Sul, Brasil, China e Índia (GUEDES, 2013, p. 106).

Trata-se, portanto, de um espaço onde se manifestam disputas por influência geopolítica, o que confere à região um caráter de constante instabilidade. Para Yuri Pereira,

A presença de grandes reservas de petróleo e gás natural em alguns países da região justificam uma maior preocupação por parte de países mais desenvolvidos, principais consumidores destes recursos, em manter um ambiente seguro que favoreça a extração, por empresas multinacionais com origem na Europa e nos EUA, e o transporte para os portos nestas regiões citadas (2020, p. 52).

Além dos interesses estatais, o cenário geopolítico da região é influenciado por diversos atores multilaterais que atuam para mitigar as ameaças à segurança marítima. A crescente incidência de pirataria no Golfo da Guiné atraiu a atenção da Organização das Nações Unidas (ONU), que passou a monitorar a questão com grande preocupação. A prova desse envolvimento foi a aprovação, pelo Conselho de Segurança, das resoluções 2.018 (2011) e 2.039 (2012), que ressaltavam a urgência de uma ação coordenada entre os países da região para lidar com a ameaça (GUEDES, 2013, p.108).

A União Africana (UA)²², Organismo criado a fim de promover a integração política e econômica do continente africano, por sua vez, tem buscado consolidar o conceito de “Segurança Marítima Africana e Desenvolvimento”, propondo diretrizes para a governança oceânica no continente, por meio da Carta de Lomé (Carta Africana sobre a Segurança Marítima e a Segurança e Desenvolvimento em África). Documento que tem o duplo objetivo: Proteger o espaço marítimo do continente de atividades criminosas e garantir que a exploração econômica dos seus recursos seja sustentável e beneficie a todos (VAZ, 2023, p.65).

Além disso, Organizações sub-regionais também exercem papel fundamental na segurança marítima do Golfo da Guiné. A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS)

²² A União Africana (UA) é um organismo continental composto pelos 55 Estados-membros que compõem os países do continente africano. Foi oficialmente lançado em 2002 como sucessor da Organização da Unidade Africana (OUA, 1963-1999). A UA é guiada por sua visão de “Uma África Integrada, Próspera e Pacífica, impulsionada por seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global” (UA, 2025).

lançaram o Código de Conduta de Yaoundé, que estabelece diretrizes comuns de cooperação naval e intercâmbio de informações.

[...] estes esforços culminaram na criação de uma estratégia integrada, por parte dessas comunidades [ECOWAS e ECCAS] e da GGC²³, para o combate à insegurança marítima no Golfo da Guiné, em Yaoundé, capital camaronesa, em 2013.

O Brasil também figura como ator relevante nessa equação geopolítica, especialmente no contexto da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, visando promover a cooperação regional, o desarmamento e o uso pacífico do Atlântico Sul. Segundo o Ministério da Defesa, “a revitalização da ZOPACAS se insere na estratégia brasileira de proteção da Amazônia Azul e de promoção da paz e segurança no entorno estratégico do país” (BRASIL, 2024, p.9).

Portanto, a geopolítica do Golfo da Guiné é marcada por uma confluência de fatores que o tornam um epicentro de interesse estratégico global. A riqueza energética, a posição geográfica privilegiada e a fragilidade institucional dos Estados costeiros compõem um cenário complexo, onde se entrelaçam cooperação internacional, disputas por influência e ameaças à segurança marítima. Compreender essas dinâmicas é fundamental para qualquer análise sobre o papel do Brasil na segurança do Atlântico Sul.

3.1.2 – Relevância da Região para a Segurança Marítima Internacional

A análise da segurança marítima internacional está intrinsecamente ligada à geografia e à economia, fazendo com que determinadas regiões ganhem centralidade estratégica — e vulnerabilidade. O Golfo da Guiné é um desses pontos críticos, onde se concentram algumas das mais importantes Linhas de Comunicação Marítima (LCM), verdadeiras artérias do comércio global. Por elas transitam insumos, produtos e, principalmente, recursos energéticos fundamentais para o equilíbrio econômico de nações tanto do Norte quanto do Sul Global. A interrupção ou a simples ameaça a essa circulação pode gerar efeitos cascata imediatos, evidenciando que a segurança local transcende suas próprias fronteiras e se converte em uma preocupação de ordem mundial (VAZ, 2023, p. 7).

²³ *Gulf of Guinea Commission* - Organismo Internacional composto por Angola, Congo, Gabão, Nigéria, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo e dos Camarões, com o objetivo de transformar a região em uma zona de paz e segurança, por meio da cooperação regional. (MARITIM AFRICA, 2020)

Ainda que fundamentais para o comércio global, essas rotas enfrentam desafios constantes impostos por ameaças transnacionais que exploram justamente a vastidão e a complexidade do ambiente marítimo. A pirataria e os assaltos à mão armada, muitas vezes considerados um fenômeno do passado, voltaram a ganhar força com novas estratégias e motivações, representando hoje um risco concreto tanto para as tripulações quanto para as cargas em trânsito. Segundo Pereira:

[...] o entendimento da pirataria como um fenômeno moderno vincula-se ao fim do período de bipolaridade do sistema internacional, desenvolvendo-se com os avanços tecnológicos mais recentes; como dos motores de popa, telefone celulares e rádios e sistemas de navegação portáteis; e de uma maior facilidade de aquisição de armamentos pesados [...] (2020, p.6)

Paralelamente, o narcotráfico utiliza intensivamente os corredores marítimos para escoar sua produção, transformando navios comerciais e pesqueiros em vetores involuntários de uma atividade ilícita que desestabiliza governos e corrompe instituições em terra firme. A fragilidade estatal na região é um fator determinante, pois as marinhas locais estão frequentemente "mal equipadas, pouco treinadas e subfinanciadas para poderem assegurar, nas suas águas, a autoridade do Estado no mar" (GUEDES, 2013, p. 108).

Adicionalmente, outras atividades ilícitas proliferam e se somam a este cenário de insegurança. A pesca ilegal, que representa uma ameaça multifacetada: esgota os recursos marinhos, prejudica a subsistência de comunidades costeiras legítimas e frequentemente está associada a outros crimes, como o trabalho análogo à escravidão e o contrabando (VAZ, 2023, p. 48). O mesmo ambiente que favorece tais práticas também pode ser explorado para o tráfico de armas e até mesmo para a movimentação de agentes ligados a grupos terroristas, que veem no mar uma esfera de menor controle em comparação com as fronteiras aéreas e terrestres, aumentando a complexidade da segurança regional (PEREIRA, 2021, p. 23).

Os impactos dessas ameaças transnacionais transcendem a dimensão puramente securitária, afetando diretamente a estabilidade geopolítica e econômica mundial. Em casos extremos, pode levar ao desvio de rotas, aumentando o tempo e o custo do transporte e impactando negativamente as cadeias de suprimentos globais.

O que acontece no GOG (Golfo da Guiné) afeta não só a região, mas também – e conseqüentemente – todos os países diretamente envolvidos no transporte marítimo, no comércio e na economia mundial (MARQUES, 2018, p. 96).

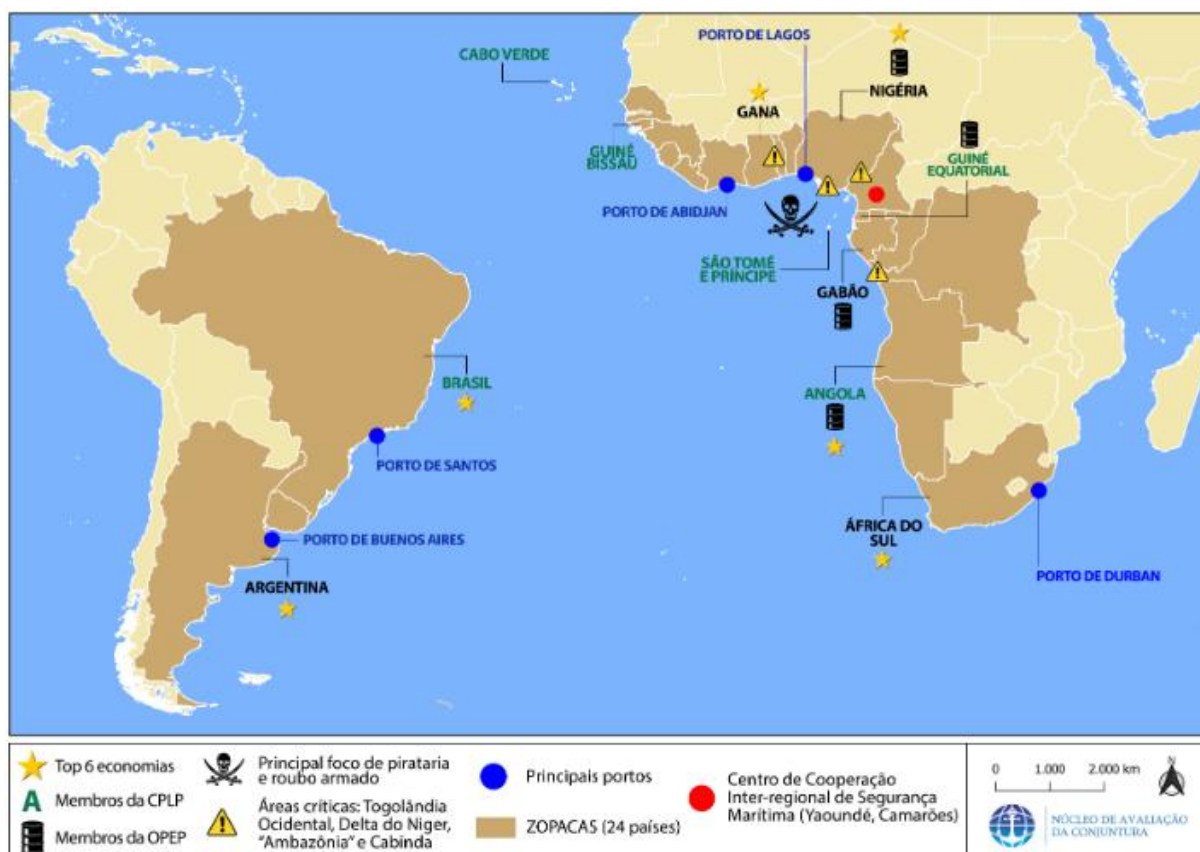
Dessa forma, é impossível ignorar o peso estratégico que essa região carrega para a ordem internacional. Garantir a segurança de suas rotas marítimas vai muito além de uma simples questão de soberania dos Estados lindeiros — trata-se de preservar o funcionamento estável da economia global, que depende da previsibilidade e fluidez desse trânsito. As ameaças que se concentram ali têm alcance global e, justamente por isso, não podem ser enfrentadas isoladamente. Elas exigem ações coordenadas, que unam esforços em patrulhamento, troca de informações e articulação jurídica entre os países. No fim das contas, manter a estabilidade dessa parte do oceano é responsabilidade coletiva — e essa missão dificilmente será cumprida com êxito se não houver uma presença constante e comprometida de meios navais internacionais (GUEDES, 2013, p. 113).

3.1.3 – Atores Estatais e Parcerias Estratégicas

A complexidade das ameaças no Golfo da Guiné tornou evidente que nenhuma nação costeira conseguiria enfrentar o problema isoladamente, tornando a cooperação regional e internacional um pilar indispensável para a segurança marítima. Em resposta, uma intrincada rede de organizações e iniciativas foi desenvolvida, envolvendo atores africanos e potências extrarregionais.

No âmbito continental e sul-atlântico, a ZOPACAS representa o principal fórum político para o diálogo entre os países de ambas as margens do oceano, incluindo a segurança marítima como pauta central (PEREIRA, 2021, p. 48). Em nível sub-regional, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS/CEDEAO) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS/CEEAC) assumiram a liderança na articulação de uma resposta conjunta para os desafios em suas respectivas áreas de atuação (SEINER, 2020, p. 68).

Imagem 4: Membros ZOPACAS - Características Internas



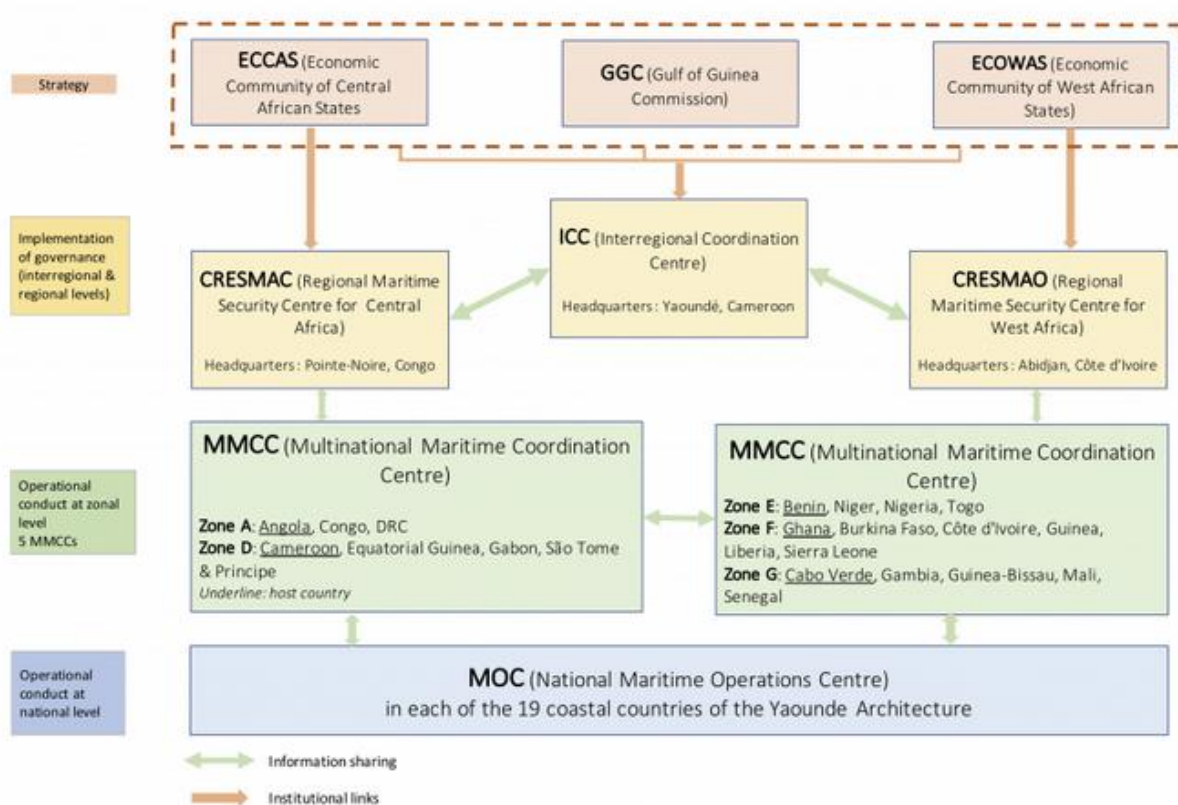
Fonte: Marinha do Brasil. Boletim Geocorrente. Outubro – 2020.²⁴

O esforço de cooperação mais significativo da região foi consolidado na Cimeira de Iaundé, em junho de 2013. Impulsionados pelas resoluções 2018 (2011) e 2039 (2012) do Conselho de Segurança da ONU (MARQUES, 2018, p. 91), os chefes de Estado da ECOWAS, ECCAS e da Comissão do Golfo da Guiné (GGC) assinaram o Código de Conduta de Yaoundé. Este documento estabeleceu uma arquitetura de segurança marítima inter-regional, criando o Centro Inter-regional de Coordenação (ICC) em Iaundé como órgão central, apoiado por dois centros regionais: o CRESMAC para a África Central e o CRESMAO para a África Ocidental (VAZ, 2023, p. 64). A arquitetura também dividiu a vasta área marítima em zonas operacionais (A, D, E, F, G), cada uma a ser coordenada por um Centro Multinacional de Coordenação (CMC), visando facilitar a troca de informações e as operações conjuntas (PEREIRA, 2021, p. 40).

²⁴ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/Zopacas.pdf> Acesso em: 12 mar, 2025.

Imagem 5: Arquitetura Yaoundé

Maritime safety and security architecture in the Gulf of Guinea (Yaoundé Architecture)



Fonte: Centro de Coordenação Inter-regional (ICC)- 2025²⁵

Apesar de sua estrutura ambiciosa, a implementação da Arquitetura de Iaundé tem sido um processo lento e desafiador. A eficácia do sistema depende da vontade política dos Estados-membros e da superação de obstáculos como a falta de financiamento sustentável para centros cruciais e a desconfiança mútua, muitas vezes enraizada em disputas fronteiriças (MARQUES, 2018, p. 97). A soberania nacional ainda é um tema sensível, o que limita a atuação de forças navais em águas territoriais de outros países sem autorização prévia, um contraste marcante com as operações antipirataria na Somália, onde mandatos da ONU permitiram uma ação mais robusta em águas soberanas.

A Resolução no 1816, do CSNU, autorizou o combate à pirataria no MT da Somália. A Resolução no 2018, do CSNU, e o Código de Conduta de Yaoundé são explícitos

²⁵ Disponível em: https://icc-gog.org/?page_id=1704. Acesso em: 24 jul. 2025.

em afirmar que deve ser respeitada a soberania dos Estados do Golfo da Guiné (UNSC, 2011) [...] Forças Navais dos Estados não possuem liberdade para combater a pirataria e roubo armado contra navios no MT de outros Estados. (SEINER, 2020, p. 74).

Essa limitação faz com que os piratas explorem as fronteiras marítimas como refúgio, dificultando a perseguição e a captura.

Para preencher as lacunas de capacidade e fomentar a interoperabilidade, a atuação de parceiros internacionais é fundamental, especialmente por meio de exercícios navais conjuntos. A operação *Obangame Express*, liderada anualmente pelo Comando dos EUA para a África (AFRICOM), é o maior exercício marítimo da região, reunindo dezenas de nações africanas, europeias e americanas, incluindo o Brasil, para treinar táticas de interdição marítima e compartilhamento de informações (PEREIRA, 2021, p. 43). De forma semelhante, a França organiza o exercício *Grand African NEMO*, que também conta com ampla participação internacional e visa aprimorar as capacidades das marinhas locais no combate aos ilícitos no mar (PEREIRA, 2021, p. 44).

Além disso, o G7++ Amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG) foi criado para coordenar o apoio internacional à implementação da Arquitetura de Iaundé, reunindo não apenas os países do G7, mas também outras nações interessadas, organizações como a União Europeia e o UNODC, e os próprios Estados da região. É notável que o Brasil participa ativamente deste fórum como membro observador, reforçando seu compromisso estratégico com a estabilidade do Atlântico Sul (MARQUES, 2018, p. 92).

3.2 – Caracterização da Pirataria no Golfo da Guiné

3.2.1 – Definições Jurídicas e Diferenças Conceituais

O Golfo da Guiné tem se consolidado nas últimas décadas como um dos epicentros mundiais de instabilidade marítima, em razão da crescente incidência de crimes organizados, com destaque para a pirataria e o roubo armado contra embarcações. Para Alexandre:

Nos anos mais recentes, o Golfo da Guiné tem vindo a assumir-se como um dos mais relevantes (e perigosos) hotspots da pirataria mundial. Todavia, a resposta da comunidade internacional tem ficado aquém do que seria expectável (e desejável). (2023, p.1)

A caracterização desse fenômeno exige uma análise que compreenda tanto suas especificidades regionais quanto suas implicações para a segurança marítima global, sobretudo no contexto da segurança coletiva no Atlântico Sul.

Do ponto de vista jurídico, há uma distinção importante entre os conceitos de pirataria e roubo armado. Conforme estabelecido no artigo 100 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), a pirataria consiste em:

Qualquer ato ilícito de violência ou de detenção, ou qualquer ato de depredação, cometido por tripulantes ou passageiros de uma embarcação privada [...] em alto-mar contra outra embarcação ou contra pessoas ou bens a bordo desta (CNUDM, 1982).

Já o roubo armado ocorre dentro das águas territoriais dos Estados e, portanto, está sujeito à jurisdição nacional. No caso do Golfo da Guiné, a maioria das ocorrências acontece dentro das zonas econômicas exclusivas ou águas territoriais dos países costeiros, o que dificulta o enquadramento jurídico como pirataria, sendo mais apropriado o uso do termo “roubo armado” (FREITAS, 2016, p. 15).

Essa complexidade jurídica, aliada à frágil capacidade institucional de muitos Estados da região, à sobreposição de jurisdições e à ausência de mecanismos regionais efetivos de cooperação penal, torna o combate aos crimes marítimos um desafio significativo. Assim, mesmo diante da gravidade e da frequência dos ataques, o ordenamento internacional encontra obstáculos práticos para promover respostas coordenadas e juridicamente legitimadas.

Pode-se compreender as dificuldades atuais relacionadas às definições dadas ao termo pirataria, muito em consequência da jurisdição de Estados litorâneos sobre mares territoriais. A definição de pirataria marítima, apresentada inicialmente no artigo 101 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), necessitou ser complementada, por meio da Resolução A.1025(26) da *International Maritime Organization* (IMO)²⁶, com a definição de roubo armado contra navios. Porém, criminosos apreendidos em águas jurisdicionais estarão sujeitos às leis daquele país, que podem ou não estarem atualizadas para prevenir tais crimes. Esta evolução deverá ser através da cooperação entre os países, o que só poderá ser realizado com uma sólida base de confiança entre os Estados (Pereira, 2021, p.51).

3.2.2 – Histórico e Evolução da Pirataria na África Ocidental

A história da pirataria marítima é, antes de tudo, a história da humanidade em sua relação com o mar como espaço de comércio, conflito e poder. Sua origem remonta aos primórdios das navegações humanas, quando a prática de atacar embarcações e comunidades costeiras para obter riquezas e escravizar populações se tornou um fenômeno comum em diversas regiões do mundo. Segundo Amirell, “registros históricos de quase três milênios e meio, do antigo Egito até o presente, parecem fornecer documentação de atividades piratas em todo o mundo (2021, p.9)”. A pirataria, portanto, não pode ser vista apenas como um crime esporádico, mas como parte integrante de dinâmicas históricas mais amplas de conflito, poder e organização social.

Para Alfred S. Bradford, no seu livro *“Flying the Black Flag: A Brief History of Piracy”*, “A pirataria é tão antiga quanto os navios e a natureza aquisitiva do homem (2007, p.17)”. Ele aponta que piratas de todas as eras eram movidos pela aquisição de riquezas como objetivo principal, descrevendo os primeiros atos de pirataria já no mundo grego antigo, nos mitos e poemas homéricos.

"Odisseu, o pirata" e "Odisseu, o herói", poderiam dizer suas vítimas, são pouco diferentes, mas "Odisseu, o herói" se distingue de "Odisseu, o pirata" — o pirata não tinha interesse em arriscar a vida por honra (embora detestasse perder o nome da honra), quaisquer que fossem os riscos que corresse, corria por saque, e evitaria o combate se pudesse, enquanto o herói, que certamente buscava e adquiria saque, era, no entanto, movido, antes de tudo, pela necessidade de conquistar honra (Bradford, 2007, p.11, tradução nossa).

Durante a chamada "Era de Ouro da Pirataria", entre os séculos XVII e XVIII, regiões

²⁶ a agência especializada das Nações Unidas responsável pela segurança da navegação e pela prevenção da poluição marinha e atmosférica causada por navios. (IMO, 2025)

como o Caribe, o Golfo da Guiné e o Oceano Índico tornaram-se centros de intensa atividade pirata.

Por volta de 1990, a ascensão da história global (ou mundial) combinada com um aumento da pirataria contemporânea em algumas partes do mundo (particularmente no Estreito de Malaca, no Mar da China Meridional, no Golfo da Guiné e no Golfo de Áden) estimulou o interesse na pirataria como um fenômeno histórico global. (AMIRELL, 2021, P.13, tradução nossa)

No século XXI, a pirataria surge adaptada às novas realidades econômicas, políticas e tecnológicas. Em regiões como o Golfo da Guiné, ataques a navios mercantes, sequestros e extorsões tornaram-se comuns, impulsionados pela fragilidade institucional de Estados costeiros e pela lucratividade do comércio marítimo. Esses novos piratas utilizam lanchas rápidas, armas modernas e redes de apoio logístico e financeiro, muitas vezes transnacionais.

Nesse cenário, como aponta Bradford, a pirataria moderna se aproxima de outras formas de crime organizado e até de terrorismo:

Piratas podem se tornar terroristas? Piratas e terroristas não são muito diferentes. A definição de terrorismo, "o uso intencional de violência contra alvos civis e militares, geralmente fora de uma zona de guerra reconhecida, por grupos privados ou grupos que aparentam ser privados, mas têm algum grau de patrocínio estatal secreto", também define pirataria (Bradford, 2007, p.191, tradução nossa).

A tênue fronteira que separa o crime organizado transnacional do terrorismo tem sido cada vez mais discutida nos fóruns internacionais, e esse debate repercute diretamente em temas sensíveis à soberania brasileira. A sobreposição conceitual de Bradford se manifesta de forma concreta em iniciativas recentes, como a proposta em tramitação no Congresso dos Estados Unidos que visa classificar facções brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), como organizações terroristas estrangeiras (CNN, 2025), sobretudo pela utilização intencional da violência para alcançar objetivos ilícitos.

Juristas e especialistas em direito constitucional destacam que tal medida poderia gerar incompatibilidades com a Lei nº 13.260/2016, que tipifica o terrorismo no Brasil. Essa legislação define o terrorismo com base em motivações específicas, como xenofobia, discriminação e preconceito racial, étnico ou religioso, ausentes na atuação típica das facções, que se concentram em crimes como tráfico de drogas e armas (UOL, 2025). Ao estender o conceito de terrorismo a esses grupos, o país poderia abrir margem para interpretações externas sobre sua política criminal e de segurança interna.

Outro ponto sensível diz respeito à possibilidade de ingerência estrangeira. Para Vitelio Brustolin, professor de Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador de Harvard, um dos motivos pelos quais os EUA querem classificar tais facções como terroristas seria a possibilidade de “aplicar sanções econômicas mais rigorosas, congelar ativos e facilitar a cooperação internacional para combater essas facções” (CNN, 2025). Contudo, como alertam os entrevistados, ao aceitar tal enquadramento, o Brasil poderia transferir parte de sua autonomia decisória na gestão da segurança pública para interesses e pressões internacionais. Isso se deve ao fato de que, uma vez categorizadas como terroristas, essas organizações passariam a estar sujeitas a protocolos e sanções internacionais que extrapolam a jurisdição brasileira, afetando diretamente a condução de suas políticas internas (UOL, 2025). Tal cenário reforça o risco de que decisões estratégicas sobre segurança nacional sejam condicionadas por agendas externas, com potenciais prejuízos à autodeterminação do Estado.

No contexto da segurança nacional, a classificação de facções como organizações terroristas poderia abrir precedentes para ingerência externa na condução da política criminal brasileira. De acordo com o cientista político e colaborador do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha do Brasil, Maurício Santoro, "Trump quer que os governos da América Latina sigam essa tendência que ele inaugurou, de tratar os grupos do crime organizado como grupos terroristas" (CNN, 2025). Tal cenário, aplicado ao campo da defesa, poderia repercutir diretamente no Atlântico Sul e no entorno estratégico brasileiro, regiões vitais para a segurança energética, comercial e alimentar do país. Nessas áreas, classificações de ameaça definidas por interesses externos poderiam influenciar operações e acordos de cooperação, reduzindo a capacidade do Brasil de exercer controle soberano sobre seu espaço de interesse.

3.2.3 – Perfil dos Grupos e Estratégias Criminosas

Historicamente, a região da África Ocidental, em especial o Golfo da Guiné, não foi um polo tradicional de pirataria como o Chifre da África. No entanto, desde meados dos anos

2000, o aumento da exploração de petróleo offshore²⁷ e o fluxo intenso de mercadorias tornaram a região um alvo estratégico para ações criminosas. Freitas nos afirma que:

O Golfo da Guiné, nesta última década, tornou-se uma área marítima considerada perigosa. A insegurança marítima é um desafio regional e a descoberta recente de novas reservas de petróleo e gás *offshore* reforçam sua importância geoestratégica (2016, p.38).

Imagem 6: Mapa de Segurança Marítima



Fonte: Marinha do Brasil. Boletim Geocorrente. Abril - 2025²⁸

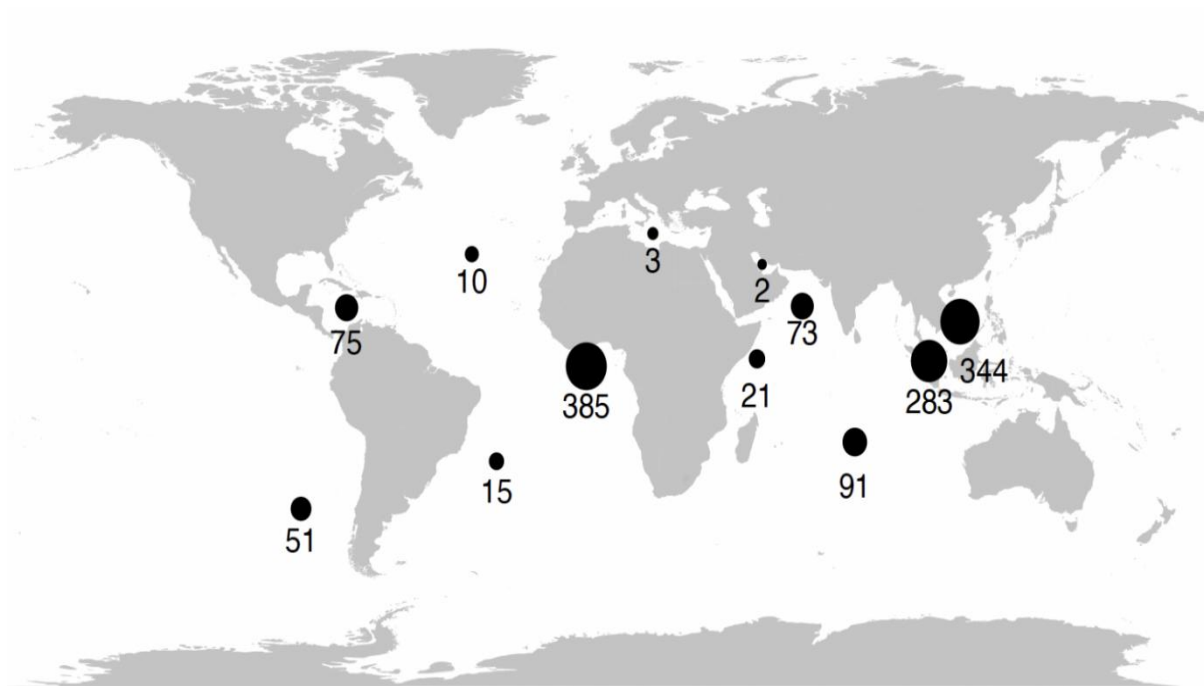
O relatório do International Maritime Bureau (IMB), departamento especializado da Câmara de Comércio Internacional, responsável pelo combate a crimes relacionados ao

²⁷ plataformas petrolíferas em alto mar, nas quais ocorrem a extração de petróleo no oceano. Geralmente, localizadas em áreas marítimas com grande profundidade e com reservas abundantes de petróleo (INBEC, 2023).

²⁸ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/Boletim%20Especial%20-%20Golfo%20da%20Guin%C3%A9%202025.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2025.

comércio e transporte marítimo, especialmente pirataria e fraude comercial, e a proteção das tripulações de embarcações oceânicas, apontou que, entre 2015 e 2020, o Golfo da Guiné se tornou a zona mais perigosa do mundo para a navegação, concentrando mais de 90% dos sequestros marítimos globais em determinados períodos (INTERNATIONAL MARITIME BUREAU, 2021 apud RTP, 2021).

Imagem 7: Distribuição dos ataques de pirataria de 2015 a 2020



Fonte: Sandkamp et al. (2021) Dados da Organização Marítima Internacional²⁹

O relatório mais recente do IMB, sobre pirataria e assalto à mão armada, referente ao primeiro semestre de 2025, revela um aumento significativo nos incidentes em comparação com os anos anteriores. “A região responde por 87% do número de tripulantes sequestrados globalmente no primeiro semestre de 2025” (INTERNATIONAL MARITIME BUREAU, 2024, p.2, tradução nossa).

²⁹ Disponível em: <https://cepr.org/voxeu/columns/rum-gone-impact-maritime-piracy-trade-and-transport>. Acesso em: 23 jul. 2025.

A pirataria marítima no Golfo da Guiné não é um fenômeno homogêneo ou aleatório. Suas raízes estão profundamente fincadas no complexo cenário político, social e econômico do Delta do Níger, na Nigéria. Esta região é marcada por um profundo paradoxo: apesar de sua imensa riqueza em recursos petrolíferos, sua população convive com a pobreza endêmica, a severa degradação ambiental e uma acentuada fragilidade do Estado em exercer seu pleno controle territorial (LESSA, 2019, p. 38).

Essa conjuntura de instabilidade e o persistente sentimento de injustiça por parte das comunidades locais, que se veem à margem dos benefícios da riqueza gerada pelo petróleo, criaram um ambiente fértil para o florescimento e a profissionalização de grupos criminosos com ousada atuação no domínio marítimo (SEINER, 2020, p. 62).

A análise dos atores envolvidos nesta modalidade de crime revela uma clara distinção em seu nível organizacional, que pode ser categorizado entre grupos de ações intermitentes e outros altamente estruturados (LESSA, 2019, p. 40). A primeira categoria, de perfil mais amador, é composta pelos chamados *free lancers*. Trata-se de indivíduos das comunidades costeiras, como pescadores afetados pela poluição industrial, que praticam o crime como uma forma de complementar a renda em um contexto de poucas oportunidades econômicas lícitas (LESSA, 2019, p.46).

Em um patamar de ameaça muito superior, encontram-se os grupos organizados e profissionais. Suas origens frequentemente remetem a antigos movimentos insurgentes e separatistas do Delta do Níger, como o Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (MEND) (SEINER, 2020, p.63). Muitos de seus membros, após programas de anistia governamental que se mostraram insatisfatórios, migraram da luta com motivações políticas para uma atividade puramente criminosa. Como observa Seiner, “alguns antigos insurgentes voltaram a praticar os mesmos crimes, porém, agora, com motivação financeira” (2020, p.64).

O sucesso desses grupos profissionais é indissociável de uma densa rede de colaboradores que inclui agentes de segurança, militares e políticos corruptos, que fornecem o suporte necessário para as operações

A atividade prospera também graças a corrupção, envolvendo políticos, militares, agentes de segurança e trabalhadores dentro da indústria petrolífera. O papel desses

atores é fundamental no fornecimento de armas para grupos militantes, no favorecimento de diversos tipos de tráficos, na lavagem de dinheiro e na ligação de piratas a favorecimentos políticos (LESSA, 2019, p.48).

As estratégias empregadas por esses grupos são notavelmente distintas do modelo de pirataria observado na costa da Somália (VENANCIO, 2012, p. 141). No Golfo da Guiné, o *modus operandi* é centrado no roubo da carga, uma modalidade que ficou conhecida como "petro-pirataria" (LESSA, 2019, p. 49). Conforme detalha Venancio, "os ataques perpetrados no Golfo da Guiné são violentos e combinam o sequestro de navios com o roubo do petróleo transportado, uma vez que existe uma grande facilidade de vender o produto" (2012, p.142).

Essa estratégia focada na carga, e não na tripulação, reflete diretamente no nível de brutalidade dos ataques (VENANCIO, 2012, p. 142). Em contraste com o modelo somali, onde a tripulação era um ativo valioso, no Golfo da Guiné os alvos são as cargas (principalmente o petróleo) e o roubo de valores (LESSA, 2019, p. 49). A complexidade do ambiente que permite a existência desses grupos é bem descrita por Lessa (2019, p. 36):

No Delta do Níger, o Estado se depara com outros atores, movimentos sócio-políticos, comunidades locais e piratas que contestam sua autoridade tipificando assim uma zona cinzenta. A instabilidade geopolítica no Delta do Níger envolve antigos grupos separatistas como o Movement for the Emancipation of the Niger Delta (MEND) que deixaram de contestar a legitimidade do Estado nigeriano para reivindicarem uma distribuição mais justa da renda do petróleo.

Por fim, esses grupos demonstram uma notável capacidade de adaptação estratégica. Originalmente concentrados nas águas territoriais da Nigéria, a intensificação de patrulhas navais, como a "Operação Pulo Shield"³⁰, forçou uma expansão geográfica de suas ações (SEINER, 2020, p. 67). Como consequência, os ataques se disseminaram para as costas de países vizinhos e passaram a ocorrer em distâncias cada vez maiores do litoral, evidenciando uma contínua evolução tática para contornar os esforços de repressão (LESSA, 2019, p. 81-82).

³⁰ Operação conjunta entre Forças policiais e órgãos governamentais nigeriano, visando combater grupos que realizam ataques a navios, sua estrutura logística e redes de recebimento, refino e venda de óleo roubado (HASSAN, 2018)

3.3 – Respostas Estratégicas e o Papel do Brasil

3.3.1 – Cooperação Internacional e Segurança Marítima

A crescente complexidade das ameaças no Golfo da Guiné exigiu, nos últimos anos, uma intensificação das iniciativas de cooperação internacional voltadas à segurança marítima. Um dos principais exemplos dessa dinâmica é a operação Obangame Express, realizada anualmente sob a coordenação do Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM), em parceria com países do Golfo da Guiné e outras nações extrarregionais. A edição de 2024 contou com a participação de 32 países e teve como foco o aprimoramento da interoperabilidade entre as marinhas da região, o treinamento para combate à pirataria, ao tráfico ilícito e à pesca ilegal, além da troca de informações em tempo real entre os centros de vigilância marítima locais (MARINHA DO BRASIL, 2025, p. 16).

A resposta africana à crise é liderada por organizações sub-regionais que, apesar de suas limitações, formam a espinha dorsal da cooperação. A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC/ECCAS) são os principais blocos que articulam as políticas de segurança para seus respectivos Estados-membros (PEREIRA, 2021, p. 39). Essas organizações têm sido fundamentais na promoção de uma estratégia conjunta, buscando superar a fragmentação política que historicamente dificultou respostas eficazes. Contudo, a efetividade dessas entidades é frequentemente limitada por desafios estruturais, incluindo a falta de meios navais adequados e a dificuldade em traduzir compromissos políticos em capacidades operacionais sustentadas no mar. Segundo Guedes:

Os Estados deste Golfo não têm atualmente qualquer tipo de política marítima [...] como resultado, as suas forças navais estão mal equipadas, pouco treinadas e subfinanciadas para poderem assegurar, nas suas águas, a autoridade do Estado no mar. (2013, p. 108).

A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Marítima Internacional (IMO) exercem funções estratégicas nesse cenário, atuando como catalisadores da cooperação internacional. A ONU, por meio do seu Conselho de Segurança, demonstrou sua "profunda preocupação" com a pirataria no Golfo da Guiné ao aprovar as resoluções 2018 (2011) e 2039 (2012), que foram cruciais para incentivar os Estados da região a desenvolverem uma

estratégia conjunta de segurança (MARQUES, 2018, p. 91). Essas mesmas resoluções da ONU ressaltaram a importância de uma colaboração com a IMO para aprimorar as medidas de combate aos ilícitos (VAZ, 2023, p. 198). Por sua vez, agências especializadas como o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) participam ativamente dos fóruns de discussão, como o G7++FoGG, contribuindo para a articulação da resposta internacional às ameaças na região (MARQUES, 2018, p. 92).

Apesar dos avanços, persistem importantes limitações na arquitetura de segurança marítima africana. Muitas das marinhas nacionais ainda carecem de meios logísticos, pessoal treinado e capacidade operacional contínua para cobrir suas zonas econômicas exclusivas de forma eficaz. O desenvolvimento de capacidades navais autônomas permanece um desafio para muitos países do Golfo da Guiné, pois, segundo Guedes:

Muitos governos na região do GOG não estão ainda suficientemente conscientes da importância de combater o crime marítimo tendo em vista o potencial do comércio marítimo. Muitos sofrem do que se designa por cegueira marítima, seja por ainda não terem optado por dar a atenção devida ao mar, seja por não disporem de meios técnicos que lhes permitam controlá-lo. (2013, p.96).

Além disso, a sobreposição de competências entre as organizações sub-regionais ainda dificulta a plena articulação entre os diferentes entes envolvidos.

Em contrapartida, iniciativas como o Código de Conduta de Yaoundé (CCY), representam um passo significativo rumo à consolidação de uma arquitetura de segurança regional coordenada. Assinado em 2013, representa a mais importante iniciativa regional para combater a insegurança marítima no Golfo da Guiné, estabelecendo uma estrutura de cooperação concreta conhecida como "Arquitetura de Iaundé" (MARQUES, 2018, p. 97). Sua criação foi uma resposta direta à escalada da pirataria, impulsionada pelo Conselho de Segurança da ONU que, através das resoluções 2018 (2011) e 2039 (2012), expressou sua "profunda preocupação" e incentivou os Estados da região a desenvolverem uma estratégia conjunta (MARQUES, 2018, p. 91). A cúpula de Iaundé reuniu os chefes de Estado das principais organizações sub-regionais — a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) — que decidiram "fortalecer os mecanismos de cooperação", dando origem ao processo (MARQUES, 2018, p. 91).

O objetivo do Código é combater uma vasta gama de crimes marítimos, não se limitando à pirataria, abrangendo também o tráfico de armas e drogas, a pesca ilegal (INN), o roubo de petróleo e o terrorismo marítimo:

O principal objetivo delimita-se pelo combate do crime transacional organizado, incluindo a pirataria marítima, o terrorismo marítimo e a INN, tal como outras atividades ilegais marítimas, através de uma cooperação acentuada. (VAZ, 2023, p. 62).

Seus pilares são o compartilhamento de informações, a coordenação de patrulhas e a harmonização de legislações.

Um ponto crucial é que o Código não é um tratado com força de lei, mas um acordo politicamente vinculante, o que significa que sua eficácia depende inteiramente da vontade política e do engajamento contínuo dos 25 Estados signatários (PEREIRA, 2021, p. 42). O documento não apenas estabelece diretrizes para o combate à pirataria e aos crimes transnacionais, mas também promove uma visão estratégica de segurança compartilhada, em que a estabilidade do domínio marítimo é tratada como responsabilidade comum. A contínua adesão a essas normas e a internalização de suas práticas serão determinantes para o fortalecimento da governança marítima no Atlântico Sul.

3.3.2 – A Atuação da Marinha do Brasil na Região

A atuação da Marinha do Brasil (MB) no Golfo da Guiné e, de forma mais ampla, na costa ocidental africana, é a execução direta de uma política de Estado, concebida para proteger os interesses nacionais em uma área de vital importância. A Política Nacional de Defesa (PND) de 2024 é inequívoca ao definir o que chama de "entorno estratégico" brasileiro, uma área prioritária que inclui explicitamente "a América do Sul, o Atlântico Sul, os países africanos limítrofes ao Atlântico Sul e a Antártica" (BRASIL, 2024, p. 3). A atuação da Marinha do Brasil no Golfo da Guiné não deve ser vista como uma resposta isolada a eventos pontuais, mas como parte de uma estratégia planejada e permanente. Essa presença contínua reflete o compromisso do país com a estabilidade regional, a proteção das rotas marítimas vitais para o comércio internacional e a prevenção de ameaças que possam comprometer tanto os interesses nacionais quanto a soberania sobre os recursos da chamada Amazônia Azul.

Essa estratégia se materializa, primeiramente, por meio da Diplomacia Naval³¹, um instrumento fundamental da política externa brasileira (BRASIL, 2024, p. 98). A Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelece que o Poder Naval deve ser empregado para fortalecer a cooperação internacional, especialmente com os vizinhos do Atlântico Sul. Em tempos de paz, a presença de navios militares em portos estrangeiros e a participação em exercícios conjuntos funcionam como uma poderosa ferramenta de *soft power*, construindo laços de confiança e interoperabilidade. A Marinha atua como um vetor da diplomacia, abrindo canais de diálogo e demonstrando o compromisso do Brasil com a segurança coletiva, um papel que "colabora com a Política Externa do Brasil por meio do intercâmbio e cooperação com diversos países" (BRASIL, 2024, p. 98).

O pilar dessa diplomacia é o fortalecimento da ZOPACAS. Concebida como o principal fórum para a governança da região, a ZOPACAS é constantemente reafirmada nos documentos estratégicos como o mecanismo ideal para a promoção da paz e da segurança. A PND de 2024 destaca que a revitalização da ZOPACAS se insere na estratégia brasileira de proteção da Amazônia Azul e de promoção da paz e segurança no entorno estratégico do país (BRASIL, 2024, p.9). Nesse sentido, as operações navais na costa africana são a materialização do apoio brasileiro a este fórum, transformando o discurso de cooperação em ações práticas e tangíveis.

A principal iniciativa brasileira nesse contexto é a Operação “GUINEX”, que representa um esforço proativo de capacitação e presença. Ao enviar navios da Esquadra para realizar exercícios combinados com as marinhas de países africanos, o Brasil transfere conhecimento, aprimora táticas conjuntas e reforça a vigilância em uma área crítica para o tráfego marítimo. A edição de 2025 da operação, por exemplo, com a Fragata “Defensora”, teve como objetivo incrementar as capacidades de segurança marítima entre o Brasil e os países da região, por meio de exercícios combinados e de adestramento mútuo (AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS, 2025).³²

³¹ Engloba um amplo espectro de atividades desenvolvidas pela Marinha do Brasil no apoio à política externa do País, dentre as quais estão incluídas a participação de meios e de pessoal em operações de paz, missões humanitárias, exercícios multinacionais e visitas oficiais de navios a portos no exterior (BRASIL, 2024, p.22).

³² Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/fragata-defensora-retorna-ao-rio-de-janeiro-apos-missao-no-golfo-da-guine> . Acesso em: 24 jul. 2025.

Além de liderar suas próprias operações, o Brasil atua como um parceiro relevante em exercícios multinacionais, demonstrando seu compromisso com a arquitetura de segurança internacional. A participação recorrente na "Obangame Express", exercício liderado pelo Comando dos EUA para a África (AFRICOM), é um exemplo claro dessa postura (AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS, 2024)³³. Ao operar ao lado de dezenas de marinhas africanas, europeias e norte-americanas, o Brasil não só aprimora suas próprias táticas, mas também reforça a legitimidade de mecanismos como o Código de Conduta de Iaundé, que dependem da colaboração entre todos os atores presentes na região (PEREIRA, 2021, p. 43).

É crucial entender que essa atuação na costa africana está diretamente ligada à defesa dos interesses vitais do Brasil em seu próprio território marítimo. A segurança da Amazônia Azul é de "importância inquestionável", por ser a principal via do comércio exterior, abrigar vastas reservas de recursos naturais como as do pré-sal e pela sua biodiversidade marinha (BRASIL, 2024, p. 73). A dependência do país em relação ao mar é massiva, com cerca de 95% do seu comércio exterior utilizando o transporte marítimo (BRASIL, 2023, p. 1-10). Por essa razão, a estratégia adotada é a de uma defesa afastada: ao contribuir para a estabilidade no Golfo da Guiné — que integra o "entorno estratégico" brasileiro — o Brasil atua preventivamente para que as ameaças transnacionais não migrem e se estabeleçam perto de suas águas jurisdicionais (BRASIL, 2024, p. 3).

Essa combinação de ações — diplomacia, exercícios próprios e participação em iniciativas multinacionais — consolida a Projeção de Poder do Brasil no Atlântico Sul. Conforme a doutrina de defesa, a projeção de poder³⁴ é uma das tarefas essenciais do Poder Naval, permitindo que o Estado influencie acontecimentos em áreas de interesse e proteja seus nacionais e recursos, mesmo a grandes distâncias (BRASIL, 2024, p. 93). No caso brasileiro, essa projeção não tem caráter agressivo, mas sim estabilizador, buscando construir um ambiente seguro e cooperativo, alinhado aos seus interesses de longo prazo.

³³ Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/tag/obangame-express> . Acesso em: 26 maio 2025.

³⁴ Conjunto de operações e ações que congregam capacidades que têm por objetivo a projeção das expressões do Poder Nacional, por meio do Poder Naval, em território estrangeiro, área de interesse sob influência estrangeira ou em território nacional (BRASIL, 2024, p.44).

3.3.3 – Desafios e Perspectivas para a Atuação Brasileira

A presença brasileira no Golfo da Guiné é fruto de um esforço diplomático e estratégico que busca projetar estabilidade no Atlântico Sul e afirmar o Brasil como ator relevante na segurança marítima regional

Esta região é prioridade para a política externa brasileira, sendo a busca pela manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação um dos posicionamentos segundo o qual o Brasil concebe sua Defesa Nacional (PEREIRA, 2021, p. 6).

Contudo, apesar dos avanços, o país enfrenta um conjunto de entraves estruturais que limitam a consolidação dessa presença. Um dos principais desafios é o evidente descompasso entre as ambições estratégicas, expressas em documentos como a Política Nacional de Defesa, e a disponibilidade de recursos financeiros. Essa lacuna se reflete diretamente na capacidade operacional da Marinha do Brasil, condicionando o alcance e a perenidade de suas ações.

A obtenção das necessárias capacidades de defesa, à altura dos desafios de um país como o Brasil, demanda investimentos em projetos estratégicos, mediante adequada previsibilidade orçamentária, em ações voltadas ao desenvolvimento, à aquisição e à manutenção de meios, tecnologias, sistemas e produtos de Defesa. (BRASIL, 2024, p.6)

Nos últimos anos, os cortes orçamentários recorrentes impostos ao setor de Defesa impuseram sérias restrições à manutenção e à modernização da Esquadra. Projetos essenciais como o PROSUB — Programa de Desenvolvimento de Submarinos —, embora tenham avançado, sofrem com a intermitência nos repasses. Isso compromete não apenas o cronograma de entrega, mas também a própria “capacidade dissuasória e defensiva da Força Naval” no longo prazo, que é vital para a proteção da Amazônia Azul (BRASIL, 2020, p. 35). A consequência é uma fragilidade que afeta tanto a presença efetiva em áreas estratégicas quanto a credibilidade do país como parceiro em coalizões multilaterais.

Além disso, a complexidade da logística de operações a longa distância, como as realizadas no Golfo da Guiné, exige capacidades de apoio sustentado no mar, bem como meios adequados de patrulha e controle. A ausência de uma estrutura naval plenamente compatível com essas exigências, muitas vezes por falta de meios técnicos, compromete a continuidade das missões e reduz o protagonismo brasileiro. Isso é ainda mais sensível diante da crescente presença de potências extrarregionais, como Estados Unidos, China e França,

que investem de forma robusta em suas capacidades navais e mantêm bases ou realizam operações constantes na África Ocidental (BOLETIM GEOCORRETE, 2021, p. 10-11).

Por outro lado, há importantes janelas de oportunidade que não podem ser ignoradas. O prestígio histórico do Brasil e sua capacidade de dialogar com múltiplos atores conferem legitimidade à sua atuação. O vínculo construído com países africanos por meio da ZOPACAS e a expertise acumulada em exercícios combinados como o Obangame Express são ativos estratégicos importantes (PEREIRA, 2021, p. 43). Entretanto, para que tais ativos sejam plenamente convertidos em influência geopolítica duradoura, é imprescindível assegurar previsibilidade³⁵ orçamentária e um planejamento de longo prazo que supere a lógica das ações pontuais, conforme previsto na Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2024, p.156).

Assim, os desafios colocados à atuação brasileira na segurança do Atlântico Sul exigem mais do que retórica diplomática: demandam uma política de Estado que reconheça o mar como espaço vital para a defesa, a economia e a projeção internacional do país. Somente com investimentos consistentes, integração interagências e compromisso político de alto nível será possível transformar a vocação marítima do Brasil em presença estratégica efetiva e respeitada nas águas do Golfo da Guiné e além, cumprindo o objetivo de que a "Defesa Marítima constitui fator de sobrevivência e prosperidade para o Brasil" (BRASIL, 2020, p. 19).

4 – A VANGUARDA AZUL: PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS PARA O EMPREGO DO PODER NAVAL BRASILEIRO

Após o exame detalhado das múltiplas ameaças que pairam sobre a segurança do Atlântico Sul — com ênfase especial à pirataria no Golfo da Guiné —, torna-se necessário voltar o olhar para o principal instrumento à disposição do Estado brasileiro diante desse

³⁵ esse princípio confere segurança ao planejamento de médio e longo prazos, garantindo que projetos iniciados não sofram solução de continuidade, com consequentes danos ao erário. (BRASIL, 2024, p.156).

complexo cenário: o Poder Naval. Sua atuação, mais do que uma resposta pontual ou emergencial, insere-se em uma lógica de planejamento estratégico duradouro, na qual o mar é percebido não apenas como espaço de defesa, mas também como via de projeção diplomática, desenvolvimento tecnológico e presença internacional.

Dentro dessa perspectiva, o Poder Naval brasileiro exerce um papel de natureza dual. Em primeiro lugar, cumpre a função tradicional de força dissuasória, pronta para atuar diante de ameaças às rotas marítimas e aos recursos da Amazônia Azul. Em segundo, revela sua vertente cooperativa e diplomática, ao participar de exercícios combinados, fomentar o diálogo regional e contribuir ativamente para a consolidação de uma arquitetura de segurança marítima baseada na confiança e no multilateralismo.

A capacidade de articular essas duas dimensões — a coercitiva e a colaborativa — é fundamental para que o Brasil avance em sua estratégia de garantir estabilidade no Atlântico Sul. Mais do que proteger seus próprios interesses, essa atuação fortalece o papel do país como liderança regional e agente promotor de um ambiente de paz, segurança e desenvolvimento em uma área marítima de valor crescente para o equilíbrio global.

4.1 – Fundamentos Estratégicos da Projeção Naval

4.1.1 – A Amazônia Azul e o Entorno Estratégico como Prioridade Nacional

A concepção de defesa do Estado brasileiro transcende suas fronteiras continentais e se projeta sobre um vasto horizonte marítimo, compreendido a partir de uma visão geoestratégica integrada. O alicerce desse pensamento é a definição de um Entorno Estratégico, conceito que delimita a área de interesse prioritário para o País e que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países africanos limítrofes a este oceano e a Antártica (BRASIL, 2024, p. 3). Esta delimitação não é meramente geográfica; ela representa a esfera onde os interesses vitais do Brasil se manifestam e onde a estabilidade regional se conecta diretamente à segurança nacional.

O elemento central deste entorno, em sua dimensão marítima, é a Amazônia Azul®, designação político-estratégica para a área de aproximadamente 5,7 milhões de km² (BRASIL, 2024, p.53) que abrange o mar territorial, a Zona Econômica Exclusiva e a plataforma continental sob jurisdição brasileira. Este espaço, comparável em importância e riqueza à Amazônia Verde, não é apenas uma fronteira a ser defendida, mas o principal vetor para o desenvolvimento nacional, por onde transita a esmagadora maioria do comércio exterior e de onde se extrai uma parcela fundamental dos recursos energéticos do País (BRASIL, 2020, p.13). A Política Nacional de Defesa (PND) é inequívoca ao estabelecer que a segurança marítima do Atlântico Sul, com foco na proteção da Amazônia Azul, deve ser uma preocupação constante do Estado brasileiro.

A segurança marítima do Atlântico Sul, em face da natural vocação marítima brasileira, respaldada pelo seu extenso litoral, pela magnitude do seu comércio marítimo e pelas atividades econômicas associadas ao uso direto ou indireto do mar, deve ser uma preocupação constante do Setor de Defesa para apoiar o desenvolvimento sustentável do Brasil. (BRASIL, 2024, p.5)

A indissociabilidade entre a Amazônia Azul e o seu entorno mais amplo é o pilar da moderna estratégia naval brasileira. A segurança das linhas de comunicação que cruzam o Atlântico Sul e a estabilidade na costa ocidental africana são condições essenciais para a salvaguarda dos interesses contidos nas águas jurisdicionais brasileiras. Reconhece-se, portanto, que as ameaças que emergem no Entorno Estratégico podem ter repercussões diretas sobre o patrimônio nacional, o que justifica uma postura de defesa proativa e cooperativa. A revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, por exemplo, é tratada como prioridade tanto pela política externa quanto pela de defesa (BRASIL, 2024, p. 5).

Dessa forma, a articulação dos conceitos de Amazônia Azul e Entorno Estratégico constitui a base fundamental que orienta e legitima o emprego do Poder Naval. A definição desta vasta área como prioridade nacional não é uma mera diretriz retórica, mas o mandato que exige uma Marinha aprestada, com capacidade de presença, dissuasão e projeção de poder, pronta para defender os interesses soberanos do Brasil nesta que é a sua mais importante fronteira.

Em que pese a possibilidade de se fazer presente além dos limites nacionais, devido à sua intrínseca mobilidade e permanência, o Poder Naval brasileiro concentrará esforços na Amazônia Azul®, área marítima sob jurisdição do Brasil, (BRASIL, 2024, p. 22).

4.1.2 – Diretrizes Doutrinárias e a Concepção Estratégica da Marinha

A escolha de colocar a Amazônia Azul e o Entorno Estratégico no centro das prioridades nacionais não surgiu ao acaso. Trata-se do desdobramento de um processo reflexivo amadurecido, fruto de décadas de construção e consolidação de um pensamento estratégico-naval próprio, coerente e alinhado aos interesses do Estado brasileiro. Esse processo está sustentado por um conjunto sólido de diretrizes doutrinárias, que formam a base conceitual a partir da qual se articulam, de maneira coordenada, os objetivos políticos nacionais com as ações práticas — táticas e operacionais — desempenhadas pelo Poder Naval. Toda essa concepção estratégica parte, de forma clara e inequívoca, da missão essencial atribuída à Marinha do Brasil: “Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa” (BRASIL, 2023, p. 2-4).

Para cumprir essa missão multifacetada, a doutrina naval estrutura o emprego da Força em quatro grandes Campos de Atuação do Poder Naval (CAPN)³⁶ (BRASIL, 2023, p. 2-5). O primeiro, Defesa Naval, representa a atuação clássica e primordial, voltada à soberania e ao enfrentamento de ameaças estatais. O segundo, Segurança Marítima, abrange as atividades de patrulha, fiscalização e salvaguarda da vida humana, garantindo a utilização segura das águas jurisdicionais. O terceiro, Diplomacia Naval, utiliza a presença dos meios navais como instrumento de apoio à política externa, construindo laços de cooperação e confiança. Por fim, o Apoio às Ações do Estado compreende a cooperação com outros órgãos em missões que vão da garantia da lei e da ordem ao suporte à Defesa Civil e ao desenvolvimento científico.

A execução das atividades nesses campos é orientada pelas Tarefas Básicas do Poder Naval (TBPN), que representam as ações essenciais que a Marinha deve ser capaz de realizar (BRASIL, 2023, p. 2-12). Essas tarefas se desdobram em um espectro que vai do mais alto nível de intensidade de combate — como Negar o Uso do Mar a um oponente e Projetar Poder sobre terra — a funções de controle e policiamento, como Controlar Áreas Marítimas e

³⁶ Os CAPN definem as possibilidades de emprego da Força em alto nível, considerando as Capacidades Estratégicas e Efeitos do Poder Naval e abrangem atividades correlatas ao emprego do Poder Naval para consecução dos Objetivos Estratégicos (OBE), constantes da Estratégia da Defesa Marítima (EDM). (BRASIL, 2023, p.2-5)

Realizar Proteção Marítima, chegando a atribuições de caráter eminentemente cooperativo e de fomento, como Prover a Segurança da Navegação Aquaviária e Contribuir para a Segurança e o Desenvolvimento Nacional (BRASIL, 2023, p.2-13).

A aplicação dessas tarefas, por sua vez, não é rígida, mas guiada por uma concepção estratégica flexível, que prevê a adoção de diferentes Posturas Estratégicas a depender do cenário e da natureza do ator em questão: Persuasão, por meio do diálogo; Cooperação, em apoio a parceiros; Coerção, com a ameaça do uso da força; ou o Uso da Força propriamente dito (BRASIL, 2023, p.2-15). Este conjunto de diretrizes doutrinárias e concepções estratégicas confere à Marinha do Brasil um guia de ação lógico, adaptável e hierarquizado, assegurando que o emprego do Poder Naval esteja sempre fundamentado e alinhado aos mais elevados interesses da nação.

4.1.3 – Interoperabilidade e Capacidade Expedicionária no Século XXI

A efetividade do Poder Naval no século XXI não se resume à simples detenção de meios navais modernos e tecnologicamente avançados. Ela está, sobretudo, na habilidade de integrá-los com inteligência e propósito, projetando força de maneira coordenada e estratégica. Diante de um cenário geopolítico cada vez mais instável e interconectado, a Marinha do Brasil tem reformulado suas diretrizes doutrinárias para fortalecer dois pilares operacionais indispensáveis: a interoperabilidade e a capacidade expedicionária. Longe de serem apenas conceitos teóricos, esses pilares representam condições práticas que conferem à Força a flexibilidade e o alcance necessários para atuar de forma eficaz em todo o Entorno Estratégico, cumprindo sua missão de proteger os interesses marítimos nacionais com presença ativa e resposta imediata.

A interoperabilidade é a capacidade das forças militares operarem em conjunto, de forma eficaz e sinérgica (BRASIL, 2024, p.39). No contexto da Defesa Nacional, isso se traduz na necessidade de uma atuação conjunta e harmônica entre a Marinha, o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira. A Estratégia Nacional de Defesa (END) enfatiza que as ameaças contemporâneas, difusas e multifacetadas, demandam uma resposta integrada, sendo imperativo que as Forças Armadas aperfeiçoem a interoperabilidade em ações conjuntas, combinadas e interagências (BRASIL, 2024, p.21). A vigilância e a defesa da Amazônia Azul,

por exemplo, exigem a conjugação de meios navais, patrulha aérea e sistemas de monitoramento em terra, tornando a interoperabilidade uma condição indispensável para o sucesso.

Paralelamente, a capacidade expedicionária — definida como a aptidão para o emprego tempestivo de uma força autossustentável em áreas operacionais distantes de suas bases (BRASIL, 2023, p. 2-10) — é o instrumento que materializa a projeção de poder no Entorno Estratégico. Esta capacidade é personificada, em grande medida, pelo Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), mantido em permanente condição de pronto emprego para atuar em operações anfíbias e ribeirinhas, cujo caráter expedicionário deve ser sempre preservado. A assim, a PND expressa que:

Para contribuir com a tarefa de projeção de poder, a Marinha do Brasil manterá os meios de fuzileiros navais em permanente condição de pronto emprego, para atuar na Defesa Naval, com ênfase nas operações anfíbias e ribeirinhas e ações no litoral e de proteção (BRASIL, 2024, p. 23).

A recente reestruturação do CFN, com a criação da Divisão Anfíbia e a ênfase nos Batalhões de Operações Litorâneas, aprofunda e moderniza essa capacidade expedicionária, adaptando-a aos cenários mais prováveis do século XXI (GBN, 2025). Este movimento representa uma evolução doutrinária significativa: para além da tradicional aptidão para operações anfíbias de grande escala, a Marinha agora desenvolve uma força especializada no controle de áreas costeiras e ribeirinhas complexas. Essa nova orientação litorânea é a resposta tática à constatação estratégica de que muitas das novas ameaças, como as observadas no Golfo da Guiné, têm origem e santuário em terra, exigindo uma força capaz de dominar a interface terra-mar (GBN, 2025).

O aprimoramento dessas capacidades dialoga diretamente com a análise de teóricos como Geoffrey Till, que destaca a insuficiência da ação isolada dos Estados frente aos desafios marítimos modernos. Ao discutir os requisitos para uma gestão oceânica eficaz, Till afirma que "a comunidade mundial precisa se unir para fornecer respostas integradas, abrangentes e globais às muitas ameaças à boa ordem no mar que não podem ser tratadas no nível nacional ou mesmo regional" (TILL, 2009, p. 318, tradução nossa). Para o Brasil, esta visão reforça que a interoperabilidade e a capacidade de integrar-se a esforços multinacionais

não são apenas desejáveis, mas sim um componente essencial da estratégia de defesa para o Atlântico Sul.

Dessa forma, a interoperabilidade e a capacidade expedicionária convergem como um binômio estratégico indissociável para a afirmação do Brasil em seu entorno. A habilidade de projetar uma força expedicionária no Golfo da Guiné, por exemplo, só se torna plenamente eficaz quando essa força é capaz de operar em sintonia com os parceiros africanos e outros atores internacionais presentes na região. Exercícios como a "Obangame Express" e "*Grand African Nemo*" são o campo de provas onde essa sinergia é forjada, transformando a cooperação em capacidade operacional real (AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS, 2024)³⁷. Assim, é a fusão da capacidade de chegar longe (expedicionária) com a habilidade de atuar em conjunto (interoperabilidade) que permite ao Brasil exercer seu papel de protagonista na segurança do Atlântico Sul, transformando diretrizes doutrinárias em presença naval efetiva e respeitada.

4.2 – O Emprego do Poder Naval no Atlântico Sul

4.2.1 – Operações e Exercícios no Golfo da Guiné

A materialização da estratégia naval brasileira no Atlântico Sul transcende o patrulhamento da Amazônia Azul e se projeta ativamente em seu entorno estratégico, área de interesse prioritário brasileiro, por meio da participação e liderança em operações e exercícios multinacionais (BRASIL, 2024, p.3). Longe de serem ações pontuais, esses engajamentos representam a aplicação prática da diplomacia naval e de uma doutrina de defesa afastada, que busca neutralizar ameaças antes que atinjam as águas jurisdicionais brasileiras. A atuação da Marinha do Brasil (MB) na costa ocidental africana se materializa em Operações próprias ou conjuntas, como: a Operação "GUINEX", de iniciativa brasileira; a "*Obangame Express*", coordenada pelos Estados Unidos; e a "*Grand African NEMO*", liderada pela França. Juntas, essas iniciativas formam o pilar da presença naval brasileira na região, combinando liderança, cooperação e interoperabilidade para fomentar a segurança marítima em um dos eixos mais vitais e, ao mesmo tempo, mais vulneráveis do comércio global.

³⁷ Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/marinha-participa-de-mais-um-exercicio-de-seguranca-maritima-no-golfo-da-guine>. Acesso em: 24 jul. 2025.

A Operação “GUINEX” destaca-se como o principal vetor da projeção de poder naval brasileiro na região, sendo uma iniciativa “concebida e conduzida anualmente pela MB desde 2021” (AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS, 2025). Seu propósito é claro: consolidar a presença nacional, fortalecer os laços de cooperação Sul-Sul e incrementar as capacidades de segurança dos países-parceiros, em total alinhamento com os preceitos da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Durante a comissão, o navio da Marinha do Brasil, Fragata "Defensora" na edição de 2025, realizou exercícios táticos combinados com as marinhas de mais de uma dezena de nações africanas e aliadas (AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS, 2025). As atividades desenvolvidas são eminentemente práticas e voltadas para a capacitação, abrangendo desde patrulhas navais e inspeções de embarcações até workshops sobre “comunicações navais; código internacional de sinais; técnicas de abordagem; adestramento de escalada [...] e controle de avarias” (AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS, 2025). Ao assumir a liderança de um exercício dessa magnitude, o Brasil não apenas transfere conhecimento, mas se posiciona como um ator central e confiável para a estabilidade do Atlântico Sul.

Paralelamente à sua própria iniciativa, o Brasil atua como um parceiro estratégico na “*Obangame Express*”, o maior exercício multinacional de segurança marítima da região, coordenado pelo Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM). A participação brasileira, que remonta a 2012, é fundamental para elevar os níveis de interoperabilidade entre as diversas marinhas da África, Europa e Américas:

Devido à costa ocidental da África localizar-se no entorno estratégico brasileiro, a Marinha do Brasil (MB) tem buscado contribuir com os esforços no combate à pirataria no Golfo da Guiné, participando, desde 2012, da Operação “*Obangame Express*” (SEINER, 2020, p. 13).

O exercício é projetado para aprimorar a capacidade de resposta conjunta a crimes transnacionais como “pirataria, tráfico de drogas, tráfico humano, contrabando e pesca ilegal” (AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS, 2025). A edição de 2025, por exemplo, reuniu trinta países, “alavancando o Código de Conduta de Yaoundé para melhorar a comunicação e a partilha de informações no Golfo da Guiné” (SCOTT, 2025, p. 1, tradução nossa). Para a Marinha do Brasil, operar neste cenário é uma oportunidade ímpar de nivelar procedimentos e validar suas táticas em um ambiente operacional complexo e dinâmico.

Outro exemplo da atuação brasileira é a participação no exercício “*Grand African NEMO*” (GANo), organizado anualmente pela Marinha Francesa em parceria com a Arquitetura de Yaoundé (MARITIMAFRICA, 2024, p. 2). Desde sua criação em 2018, o GANo tornou-se um encontro anual essencial para a segurança marítima regional. Similar à “Obangame Express”, seu objetivo é reforçar a capacidade das marinhas dos Estados costeiros de cooperar e agir em conjunto. A edição de 2024, por exemplo, mobilizou 55 unidades navais e 12 aeronaves de 18 nações costeiras e 10 nações aliadas em uma vasta área que se estende do Senegal a Angola (MARITIMAFRICA, 2024, p. 2).

A presença do Brasil em exercícios liderados tanto pelos EUA quanto pela França, como aponta Pereira (2021, p. 49), evidencia uma diplomacia naval pragmática e multifacetada, capaz de dialogar e operar com diferentes potências ocidentais para alcançar o objetivo comum de estabilizar o entorno estratégico. Pereira afirma ainda que:

A Marinha do Brasil faz-se presente no Golfo da Guiné, promovendo o incremento da interoperabilidade com as marinhas da região [...], ao enviar navios para participarem nos exercícios Obangame Express e Grand African NEMO desde 2014. (PEREIRA, 2021, p.49)

A participação nesses três exercícios, longe de ser redundante, revela uma estratégia sinérgica e bem articulada. Enquanto a “GUINEX” afirma a liderança e o protagonismo brasileiro no Atlântico Sul, reforçando a cooperação Sul-Sul, a participação na “Obangame Express” e na “Grand African NEMO” insere o Brasil nos principais arranjos de segurança promovidos pelos parceiros extrarregionais, garantindo interoperabilidade e acesso a doutrinas e tecnologias avançadas. Essas iniciativas convergem para um objetivo central: o fortalecimento da Arquitetura de Yaoundé e o desenvolvimento da capacidade dos próprios Estados africanos de proverem segurança em suas águas. Essa abordagem colaborativa é fundamental, pois, como afirmou o Chefe do Estado-Maior da Nigéria, Vice-Almirante Emmanuel Ogalla, o Grand African NEMO permite que as marinhas africanas “desenvolvam estratégias colaborativas contra ameaças marítimas transnacionais” com uma abordagem liderada por africanos (ADF, 2024, p.3, tradução nossa).

Essas operações são, em sua essência, um dos mais eficazes instrumentos da Diplomacia Naval brasileira, conforme preconiza a Política Nacional de Defesa, que estabelece o apoio à política externa como uma das missões da Marinha (BRASIL, 2024, p.

21). Vão muito além do mero adestramento militar, funcionando como plataformas para a construção de confiança e o aprofundamento de relações estratégicas. Como ressalta a MB, a “GUINEX” representa mais do que uma simples operação naval, pois demonstra a "construção conjunta de confiança, interoperabilidade e troca de conhecimentos" (AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS, 2025). Ao atuar com marinhas amigas, o Brasil reforça laços de confiança e contribui "de forma concreta, para a paz e a segurança no Atlântico Sul" (AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS, 2025).

Em última análise, o engajamento operacional da Marinha do Brasil no Golfo da Guiné é a execução direta da estratégia de defesa do Estado, que reconhece a indissociabilidade entre a segurança da costa ocidental africana e a proteção da Amazônia Azul. A instabilidade gerada pela pirataria, que nos últimos anos registrou na região "os mais altos índices em escala global" (AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS, 2025), representa uma ameaça direta às linhas de comunicação marítimas vitais para o Brasil. A atuação proativa nesses exercícios é, portanto, uma medida de defesa avançada que busca conter as ameaças em sua origem, em linha com a premissa de que a cooperação internacional é um dos instrumentos essenciais para a superação de obstáculos no entorno estratégico brasileiro (BRASIL, 2024, p. 8).

Dessa forma, a participação consistente em operações como a “GUINEX”, “Obangame Express” e “Grand African NEMO” consolida o papel do Brasil como um ator relevante na segurança do Atlântico Sul, capaz de liderar, cooperar e integrar-se a diferentes arranjos multinacionais. Essa presença naval ativa demonstra a capacidade operativa da Força e reafirma o compromisso do país com a estabilidade de uma região que, embora geograficamente distante, é parte integrante de sua fronteira estratégica. O sucesso continuado dessas missões, contudo, depende não apenas do aprimoramento da interoperabilidade, mas também da capacidade de o próprio Brasil superar suas limitações internas para garantir a sustentabilidade dessa projeção de poder, conforme estabelecido na própria Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2024, p. 14).

4.2.2 – O Novo Perfil Litorâneo dos Fuzileiros Navais

A capacidade de uma força militar projetar poder não reside apenas em seus equipamentos, mas em sua estrutura doutrinária e organizacional, que deve evoluir para responder às ameaças contemporâneas. Nesse sentido, uma das mais significativas transformações recentes no Poder Naval brasileiro é a reconfiguração do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) para aprimorar a capacidade litorânea. Esta mudança estratégica, formalizada no início de 2025, alinha a tropa anfíbia por excelência da Marinha do Brasil às diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, que preconiza a manutenção de meios de fuzileiros navais "em permanente condição de pronto emprego, para atuar na Defesa Naval, com ênfase nas operações anfíbias e ribeirinhas e ações no litoral e de proteção" (BRASIL, 2024, p.23).

Destaca-se a atuação dos Fuzileiros Navais na defesa dos arquipélagos e das ilhas oceânicas brasileiras, no apoio ao controle das linhas de comunicações fluviais, na proteção de instalações navais e portuárias e na participação em operações internacionais de paz e humanitárias em apoio à política externa (BRASIL, 2024, p.23).

A nova orientação litorânea é a resposta tática à constatação de que grande parte das ameaças à segurança da Amazônia Azul e aos interesses no Atlântico Sul se manifesta na complexa interface terra-mar.

O marco dessa reestruturação foi a alteração da denominação do Comando da Tropa de Reforço (ComTrRef) para Comando da Divisão Litorânea (ComDivLit), oficializada pela Portaria Nº 4/MB/MD, de 14 de janeiro de 2025 (BRASIL, 2025, p. 21). Essa alteração representa muito mais que uma mudança nominal; ela simboliza a "centralização de esforços em operações costeiras, fundamentais para a proteção de infraestruturas estratégicas e enfrentamento de desafios como crimes transnacionais e desastres naturais" (GBN, 2025, p.1). A nova Divisão Litorânea foi concebida para responder de forma mais ágil e integrada a um vasto espectro de missões, que vão desde as operações anfíbias clássicas até ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e apoio à Defesa Civil (DEFESA, 2025, p. 3).

Como desdobramento direto dessa nova diretriz, os cinco Grupamentos de Fuzileiros Navais (GptFN) distribuídos pela costa brasileira foram reorganizados e renomeados como Batalhões de Operações Litorâneas (BtlOpLitFN) (GBN, 2025, p.2). As portarias publicadas no Diário Oficial da União detalham a nova configuração: o GptFN do Rio de Janeiro tornou-

se o 1º BtlOpLitFN; o de Salvador, o 2º; o de Natal, o 3º; o de Santos, o 4º; e o de Rio Grande, o 5º BtlOpLitFN (BRASIL, 2025, p. 21). Essa padronização reflete a intenção estratégica de criar uma força distribuída ao longo do litoral, com maior autonomia e capacidade de mobilização imediata, especializada no combate em áreas costeiras, portuárias e ribeirinhas, sem, contudo, alterar suas áreas de responsabilidade primárias (DEFESA, 2025, p.4).

A ênfase no litoral é uma resposta pragmática à realidade geopolítica do Brasil. Com mais de 7.000 km de costa, o país concentra nesta faixa a maior parte de sua população e suas mais importantes infraestruturas econômicas, como portos, terminais e as vitais plataformas de exploração de petróleo e gás (GBN, 2025, p.3). Essa mesma área, como discutido neste trabalho, é vulnerável a uma gama de ameaças híbridas, incluindo narcotráfico, contrabando e a própria pirataria. A reestruturação dos Fuzileiros Navais em uma força com foco litorâneo visa prover maior prontidão para a defesa costeira, com capacidade de resposta rápida a essas ameaças e maior integração entre as unidades (GBN, 2025, p. 3).

Esse novo perfil é acompanhado de um incremento em capacidades de combate. A Divisão Litorânea passa a incorporar sistemas de armas que ampliam sua letalidade e seu poder de dissuasão. Destaca-se a integração do sistema de lançadores múltiplos de foguetes ASTROS, adaptado para empregar o Missil Antinavio Nacional de Superfície (MANSUP). Essa combinação confere à força uma "inédita capacidade de dissuasão terra-mar, com mobilidade e flexibilidade operacional" (DEFESA, 2025, p.3). Trata-se de uma evolução doutrinária crucial: o CFN, tradicionalmente uma força de projeção de poder *do mar para a terra*, agora também se consolida como uma força de negação do uso do mar *a partir da terra*, fortalecendo a defesa de pontos sensíveis do litoral contra ameaças navais.

É fundamental ressaltar que a especialização em operações litorâneas não diminui, mas aprimora o caráter expedicionário da tropa, um atributo que a Estratégia Nacional de Defesa determina que "será sempre preservado" (BRASIL, 2024, p.23). A excelência e a prontidão dessa força são atestadas por reconhecimento internacional. Em 2022, a Organização das Nações Unidas (ONU) concedeu ao CFN, por meio do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Emprego Rápido em Força de Paz (Quick Reaction Force), a certificação de Nível 3, o patamar máximo do Sistema de Prontidão de Capacidades de

Manutenção da Paz (UNPCRS) (AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS, 2022)³⁸. O relatório da ONU destacou que os Fuzileiros Navais do Brasil possuem "mentalidade expedicionária, móvel e ágil; altos padrões de prontidão operativa e de pessoal; forte comando e controle; elevada moral e disciplina e são bem treinados" (AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS, 2022). Essa certificação inédita demonstra que o CFN é uma tropa profissional, de pronto emprego, apta a operar em qualquer lugar do mundo, sob os mais exigentes padrões internacionais (AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS, 2022).

Em suma, a criação do Comando da Divisão Litorânea e a reestruturação de seus batalhões representam uma modernização estratégica fundamental para o Corpo de Fuzileiros Navais. A medida adapta a força às ameaças do século XXI, focando sua capacidade expedicionária na defesa da vital zona costeira brasileira. Este novo perfil, que conjuga alta prontidão, comprovada internacionalmente, com novas capacidades tecnológicas de negação do uso do mar, torna o CFN um instrumento do Poder Naval ainda mais flexível e eficaz para a proteção da Amazônia Azul e para a projeção dos interesses do Brasil em seu entorno estratégico no Atlântico Sul.

4.2.3 – Diplomacia Naval e Cooperação Estratégica Sul-Sul

O emprego do Poder Naval brasileiro no Atlântico Sul transcende a sua função puramente militar de dissuasão e defesa, consolidando-se como um dos mais importantes instrumentos da política externa do Brasil. A Política Nacional de Defesa é explícita ao determinar que as Forças Armadas devem estar preparadas para "contribuir com a projeção do País no cenário internacional" por meio da participação em exercícios multinacionais.

A PND observa os princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Estado brasileiro, e considera a projeção do País no concerto das Nações e a ampliação de sua inserção em processos decisórios internacionais, o que requer permanente esforço de coordenação diplomático-militar (BRASIL, 2024, p3).

Nesse contexto, a Diplomacia Naval emerge como a aplicação prática dessa diretriz, utilizando a presença de meios navais para construir confiança, transferir conhecimento e fortalecer alianças, notadamente com os países da costa ocidental africana. Essa atuação é a materialização da Cooperação Estratégica Sul-Sul, um modelo de parceria horizontal entre

³⁸ Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/brasil-recebe-certificacao-inedita-da-onu-para-participar-de-missoes-de-paz> . Acesso em: 29 jul. 2025.

nações em desenvolvimento que buscam soluções conjuntas para desafios compartilhados, tendo na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) seu principal arcabouço multilateral.

A ZOPACAS é, em sua essência, uma construção da diplomacia brasileira. Criada em 1986 por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, a partir de uma proposta do Brasil, a zona foi uma resposta estratégica aos antagonismos da Guerra Fria, buscando consolidar o Atlântico Sul como uma área livre da presença militar de potências extrarregionais (ASSIS, 2017, p.2). O principal objetivo da ZOPACAS é a "promoção da cooperação e a manutenção da paz e da segurança na região", além de visar o desarmamento da área (BRASIL, 2025, p.1). Essa visão posiciona o Brasil não como uma potência hegemônica, mas como um articulador de uma segurança regional cooperativa.

É neste arcabouço que a Cooperação Sul-Sul se manifesta de forma mais evidente. O conceito refere-se a "ações entre países periféricos que possibilitem maior autonomia para suas decisões, combate a problemas comuns e defesa de interesses comuns" (PEREIRA, 2021, p.49). A ZOPACAS é a materialização desse ideal no domínio marítimo, reunindo 24 nações da América do Sul e da África. A Política Nacional de Defesa reforça essa orientação ao determinar que os países africanos limieiros, e de forma particular os da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), merecem "especial atenção no que se refere aos esforços de cooperação no campo da Defesa" (BRASIL, 2024, p.3).

As operações navais, como a "GUINEX", são a expressão mais tangível dessa diplomacia cooperativa. Longe de serem apenas exercícios militares, essas missões são planejadas como plataformas de engajamento e capacitação. O envio de navios da Esquadra para realizar exercícios combinados com as marinhas de países africanos materializa o conceito de Diplomacia Naval, que, segundo a doutrina, "o exercício da Diplomacia Naval está relacionado às ações voltadas para a promoção do Poder Nacional no exterior, utilizando o Poder Naval como elemento de apoio à Política Externa" (BRASIL, 2023, p.2-11). O foco da atuação brasileira, conforme descrito por Pereira (2021, p.49), é o "adestramento mútuo" com as forças locais e o "incremento da interoperabilidade com as marinhas da região", o que traduz a cooperação em ações concretas que fortalecem a capacidade dos parceiros africanos de patrulhar suas próprias águas jurisdicionais.

Essa transferência de conhecimento é o cerne da Diplomacia Naval brasileira, que se define pelo uso de meios navais para apoiar os objetivos da política externa, promovendo a "cooperação com marinhas amigas" e contribuindo para a "estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais" (BRASIL, 2023, p.2-11). O intercâmbio com as marinhas africanas permite o desenvolvimento conjunto de táticas e procedimentos para enfrentar ameaças comuns, como a pirataria e a pesca ilegal, por meio de workshops sobre temas como "comunicações navais [...] e técnicas de abordagem" (AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS, 2025). Ao compartilhar sua expertise, a Marinha do Brasil contribui para o fortalecimento da Arquitetura de Yaoundé a partir de uma perspectiva prática e colaborativa, dado que os exercícios multinacionais na região, como a Obangame Express, são projetados para melhorar a coordenação dentro do "âmbito do Yaoundé Code of Conduct" (PEREIRA, 2021, p.43). A presença de um navio de guerra brasileiro em portos africanos possui, ainda, um poderoso simbolismo diplomático, como observado durante a visita da Fragata "Independência" a Malabo, na Guiné Equatorial, onde o Vice-Ministro da Defesa local "ressaltou a notória capacidade tecnológica brasileira de construir e manter navios" (PEREIRA, 2021, p.49). Esse tipo de engajamento reforça a imagem do Brasil como uma potência regional acessível e parceira, consolidando seu *soft power* no continente.

Contudo, é preciso reconhecer que a ZOPACAS, apesar de sua importância conceitual, enfrentou longos períodos de pouca atividade política. A emergência de novas ameaças, como a pirataria, evidenciou "a atualidade e a importância do aprofundamento da ZOPACAS" (PEREIRA, 2021, p.49), levando o Brasil a liderar esforços para sua revitalização. A realização de simpósios e reuniões ministeriais, como a ocorrida em Montevideu em 2013, buscou "revitalizar o fórum por meio de uma institucionalização que permita manter uma continuidade das discussões e das ações a serem empreendidas" (PEREIRA, 2021, p.50). Esse esforço demonstra a consciência de que a cooperação estratégica depende de um arcabouço político ativo e engajado.

A segurança marítima no século XXI é indissociável da estabilidade do sistema global, que é altamente dependente do mar. Conforme analisa Braga (2019), com cerca de 90% do comércio global sendo transportado por via marítima, o oceano permite "o desenvolvimento e a prosperidade de muitos países, por meio de um sistema global estável, mas vulnerável a

algumas ameaças: desastres naturais, pirataria e terrorismo, dentre outros". Essa vulnerabilidade torna a cooperação entre nações uma ferramenta estratégica indispensável para "manter a ordem nos mares e a estabilidade do sistema" (BRAGA, 2019, p.4). A atuação da Marinha do Brasil, ao promover a Cooperação Sul-Sul no âmbito da ZOPACAS, está perfeitamente alinhada a essa realidade. Ao fortalecer as capacidades de seus parceiros africanos, o Brasil não está apenas cumprindo uma diretriz de sua política externa, mas também investindo em sua própria segurança, adotando uma estratégia de defesa afastada que busca conter as ameaças em sua origem, antes que cheguem à Amazônia Azul.

Em resumo, a Diplomacia Naval e a Cooperação Estratégica Sul-Sul formam as bases essenciais da atuação do Brasil por meio do seu Poder Naval no Atlântico Sul. Nesse contexto, o país utiliza a ZOPACAS como plataforma para incentivar um ambiente regional seguro, apoiado na autonomia e na solidariedade entre países do Sul Global. As atividades da Marinha brasileira ao longo da costa africana traduzem, na prática, essa visão estratégica, onde a presença militar não é somente um recurso defensivo, mas também um instrumento para construir relações de confiança, consolidar parcerias e promover a estabilidade em sua região de interesse. Dessa forma, o Brasil coloca em prática as diretrizes previstas em seus documentos oficiais de defesa, consolidando-se como um parceiro confiável e fundamental para a segurança e a manutenção da paz no Atlântico Sul.

4.3 – Perspectivas Estratégicas para a Liderança Naval Brasileira no Atlântico Sul

4.3.1 – O Brasil como Potência Naval Cooperativa: Limites e Potencialidades

A principal potencialidade da liderança naval brasileira no Atlântico Sul reside em seu modelo de atuação, que privilegia a cooperação em detrimento da imposição. A Política Nacional de Defesa (PND) estabelece como um dos pressupostos do Estado brasileiro a priorização da cooperação no âmbito internacional, com especial atenção ao seu entorno estratégico, que inclui os países sul-americanos e africanos lindeiros ao Atlântico Sul (BRASIL, 2024, p.3). Este direcionamento doutrinário encontra seu principal foro de aplicação na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), um organismo

multilateral criado por iniciativa brasileira que visa defender os interesses geopolíticos comuns da região e mantê-la como um ambiente de paz e estabilidade (PEREIRA, D., 2021, p.3). A capacidade do Brasil de articular e revitalizar este fórum representa sua mais significativa potencialidade diplomático-estratégica, conferindo legitimidade à sua aspiração de liderança regional.

Essa vocação cooperativa se materializa em ações navais concretas que demonstram a capacidade brasileira de traduzir a doutrina em prática. Operações como a “GUINEX”, de iniciativa brasileira, e a participação recorrente em exercícios multinacionais como a “Obangame Express” e o “Grand African NEMO” são exemplos práticos desse engajamento (PEREIRA, Y., 2021, p.49). Tais atividades não apenas aprimoram a interoperabilidade entre as marinhas da região, mas também constroem laços de confiança mútua, posicionando o País como um provedor de segurança e conhecimento técnico, em alinhamento com a Estratégia de Defesa Marítima que define a postura cooperativa como uma de suas maneiras de atuação

Com relação ao Objetivo Estratégico de “Exercer a Diplomacia Naval”, a MB deverá priorizar as Posturas Persuasiva e Cooperativa nos relacionamentos com as Marinhas Amigas, em especial com os países partícipes da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (BRASIL, 2023, p. 1-17).

Essa abordagem pragmática fortalece a segurança coletiva e projeta a imagem do Brasil como um parceiro confiável (SILVA, 2024, p.33).

O ápice do potencial brasileiro é evidenciado pelo reconhecimento internacional de suas capacidades. A certificação de Nível 3, o mais alto patamar de prontidão para missões de paz concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU) a um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, é uma chancela externa da excelência da força expedicionária do País (BRASIL, 2024, p.118). Este reconhecimento não é apenas um atestado de capacidade militar, mas um valioso ativo diplomático. Ele qualifica o Brasil como um ator relevante e credível no sistema de segurança global, capaz de contribuir com tropas de elite para as mais complexas operações, reforçando sua inserção internacional e o prestígio de suas Forças Armadas.

Contudo, essa expressiva potencialidade cooperativa enfrenta um limite estrutural severo: o paradoxo entre as crescentes responsabilidades estratégicas e a crônica instabilidade orçamentária. A Estratégia Nacional de Defesa (END) reconhece que a obtenção das

capacidades necessárias demanda “adequada previsibilidade orçamentária”, uma condição raramente atendida (BRASIL, 2024, p.6). O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) evidencia que o investimento brasileiro em defesa, quando medido como porcentagem do Produto Interno Bruto, é consideravelmente inferior ao de outros países da região, o que restringe o alcance de sua estratégia geopolítica (BRASIL, 2024, p.160). Essa dissonância entre a ambição estratégica e a realidade dos recursos disponíveis é o principal obstáculo à consolidação da liderança brasileira.

A consequência direta deste limite orçamentário é a ameaça constante à prontidão e modernização dos meios navais. A Estratégia de Defesa Marítima classifica a "degradação das capacidades antissuperfície, antissubmarino, defesa aeroespacial e IVR da Força Naval" como um risco "crítico" (BRASIL, 2023, p.1-10). Essa instabilidade financeira compromete o cronograma de projetos vitais como o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), incluindo o submarino com propulsão nuclear, que é um pilar da futura capacidade de dissuasão do País (BRASIL, 2020, p.35). Portanto, a fragilidade institucional dos fóruns de cooperação, muitas vezes dependentes do protagonismo brasileiro, somada à dificuldade interna de garantir recursos contínuos, se apresenta como o principal limite para que o Brasil converta seu vasto potencial em uma liderança naval efetiva e sustentável no Atlântico Sul (SOARES, 2020, p.53).

4.3.2 – Inserção Internacional do Poder Naval: Reconhecimento e Influência no Sistema Global

A projeção do Poder Naval brasileiro transcende a dimensão puramente militar, consolidando-se como um dos mais importantes instrumentos da política externa do Brasil. A missão constitucional da Marinha do Brasil inclui, de forma explícita, o “apoio à Política Externa” (BRASIL, 2024, p.90). Nesse sentido, a Diplomacia Naval é a ferramenta por excelência para a consecução desse objetivo, utilizando a presença de meios navais para construir confiança, transferir conhecimento e fortalecer alianças, notadamente com os países da costa ocidental africana (BRASIL, 2023, p.1-17). Essa atuação planejada demonstra que a inserção internacional da Marinha não é uma consequência fortuita de suas operações, mas uma ação deliberada do Estado para projetar sua influência no cenário internacional e defender seus interesses (BRASIL, 2020, p.51).

O Brasil utiliza os fóruns multilaterais como plataformas para construir consensos e exercer sua influência regional. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) é o principal exemplo dessa estratégia, sendo um organismo internacional criado por iniciativa brasileira com a finalidade de “defender os interesses geopolíticos das nações que englobam essa área estratégica” (PEREIRA, D., 2021, p.3). Ao liderar os esforços para a revitalização do fórum, o Brasil se posiciona como um articulador da segurança regional, buscando ativamente moldar a agenda de debates e promover soluções cooperativas para ameaças comuns, como a pirataria e a pesca ilegal (SOARES, 2020, p.36). Essa liderança diplomática, amparada pela capacidade de seu Poder Naval, permite ao País construir uma identidade sul-atlântica e afirmar uma ordem regional mais autônoma.

A inserção internacional do Brasil materializa-se por meio da participação consistente em operações navais combinadas, que traduzem o discurso diplomático em ação prática. A presença recorrente de navios da Marinha do Brasil em exercícios como a “Obangame Express” e o “Grand African NEMO” demonstra a capacidade brasileira de operar em alto nível ao lado de marinhas de potências extrarregionais, como as dos Estados Unidos e da França (PEREIRA, Y., 2021, p.43). Essa interoperabilidade não apenas aprimora as capacidades táticas da esquadra brasileira, mas também sinaliza à comunidade internacional que o Brasil é um parceiro militarmente competente e politicamente engajado na manutenção da segurança das linhas de comunicação marítimas no Golfo da Guiné (SEINER, 2020, p.13).

Essa atuação consistente resulta em reconhecimento tangível por parte da comunidade internacional, o que fortalece o capital político do Brasil. A certificação de Nível 3, o mais alto patamar de prontidão para missões de paz concedido pela Organização das Nações Unidas a uma força de Fuzileiros Navais, é uma chancela externa da excelência de sua tropa expedicionária (BRASIL, 2024, p.118). Da mesma forma, o comando eventual de forças-tarefa multinacionais, como a CTF-151, por um almirante brasileiro, evidencia a confiança depositada por nações parceiras na capacidade de liderança militar do País (PEREIRA, Y., 2021, p. 47). Tais reconhecimentos são ativos estratégicos que legitimam as aspirações brasileiras por um papel de maior destaque na governança global.

Em suma, a inserção internacional do Poder Naval é uma estratégia deliberada que constrói influência e projeta a imagem do Brasil como um ator regional responsável. A

combinação de liderança diplomática nos fóruns multilaterais, cooperação prática em operações navais e capacidades militares reconhecidas internacionalmente consolida o *soft power* brasileiro. Essa influência não se baseia na coerção, mas na projeção de competência, cooperação e compromisso com a estabilidade de seu entorno estratégico, posicionando o Brasil como um protagonista indispensável para a segurança e a paz no Atlântico Sul (PEREIRA, D., 2021, p.78).

4.3.3 – Construção de uma Política Marítima Integrada de Estado

A superação dos limites estruturais e a plena consolidação da liderança naval brasileira no Atlântico Sul dependem, em última análise, de um avanço conceitual: a transição de uma política de defesa setorial para uma Política Marítima Integrada de Estado. A recém-instituída Política Marítima Nacional (PMN) é o marco legal que formaliza essa necessidade, ao determinar que sua implementação ocorra “de forma articulada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal” (BRASIL, 2025, p.1). Essa visão compreende que os desafios e as oportunidades do mar não podem ser abordados apenas sob a ótica militar, exigindo a coordenação de múltiplos setores para garantir a segurança e o desenvolvimento nacionais.

Essa abordagem integrada reflete a distinção fundamental entre Poder Naval e Poder Marítimo. Enquanto o Poder Naval é o componente militar, o Poder Marítimo, conforme definido no Plano Estratégico da Marinha, é a “resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar”, o que inclui a marinha mercante, a indústria naval, a infraestrutura portuária, a pesquisa científica e o pessoal qualificado (BRASIL, 2020, p.14). Uma política de Estado eficaz deve, portanto, visar ao fortalecimento do Poder Marítimo em seu sentido mais amplo, criando um ciclo onde uma economia marítima próspera e uma comunidade científica engajada fornecem a base para um Poder Naval moderno e bem equipado, que, por sua vez, protege esses mesmos interesses.

O base para a sustentabilidade de uma política de Estado dessa magnitude é o fomento de uma "mentalidade marítima" na sociedade. A PMN define este conceito como o “modo de pensar sobre a importância do mar e das águas interiores para a vida dos brasileiros e para o desenvolvimento nacional” (BRASIL, 2025, p.1). É essa consciência coletiva, difundida

desde a educação básica até os mais altos escalões políticos, que pode gerar o apoio público necessário para assegurar a “adequada previsibilidade orçamentária” que a END aponta como essencial (BRASIL, 2024, p.6). Sem essa percepção generalizada de que o mar é um patrimônio vital, os investimentos em defesa e em projetos marítimos continuarão vulneráveis às flutuações políticas e econômicas de curto prazo.

Na prática, uma política marítima integrada se traduz em ações coordenadas que unem diferentes áreas do governo em prol de objetivos comuns. Significa, por exemplo, que as operações navais de combate à pesca ilegal, coordenadas pelo Ministério da Defesa, devem estar em sintonia com as políticas de fomento à pesca sustentável do Ministério da Pesca e com as ações de proteção da biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2025, p.4). Da mesma forma, o planejamento para a proteção de infraestruturas críticas, como plataformas de petróleo e portos, deve integrar a Marinha, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e o Ministério de Portos e Aeroportos para garantir uma defesa resiliente e eficaz.

Em última instância, a construção de uma Política Marítima Integrada de Estado é o caminho para que o Brasil transforme seu potencial em realidade. Uma potência naval cooperativa com inserção internacional só se torna sustentável quando apoiada por uma política de longo prazo que articula defesa, economia, diplomacia e ciência. Essa abordagem holística é a única forma de garantir que a Amazônia Azul e o Atlântico Sul se consolidem como vetores de soberania, segurança e prosperidade para a nação brasileira, cumprindo a visão de que a “segurança marítima do Atlântico Sul [...] deve ser uma preocupação constante do Setor de Defesa para apoiar o desenvolvimento sustentável do Brasil” (BRASIL, 2024, p. 5).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Atlântico Sul sempre ocupou um lugar central na trajetória histórica do Brasil. Desde os primórdios da colonização, esse vasto espaço marítimo tem servido como elo entre o país e o mundo, sendo via de circulação de riquezas, pessoas e ideias. No século XXI, essa relevância se renova, mas com novos contornos: a região assume papel estratégico não apenas por seu potencial econômico, mas também pelos riscos que carrega. A disputa por recursos, a intensificação de crimes transnacionais e a atuação de potências extrarregionais compõem um cenário que exige do Brasil mais do que presença — exige estratégia.

Foi nesse contexto que o presente trabalho se propôs a analisar o desafio contemporâneo representado pela pirataria no Golfo da Guiné, inserida em um quadro mais amplo de ameaças assimétricas que colocam em xeque a segurança marítima do entorno estratégico brasileiro. A instabilidade na costa africana, longe de ser um problema isolado, reflete-se no Atlântico Sul como um todo, ameaçando as rotas de comércio e os interesses econômicos do Brasil, especialmente no que tange à chamada Amazônia Azul.

A hipótese que norteou esta pesquisa foi a de que o Poder Naval, quando empregado de forma estratégica e cooperativa, constitui o principal instrumento para assegurar os interesses brasileiros no Atlântico Sul. Para sustentar essa tese, buscou-se estabelecer uma ponte entre os marcos doutrinários da defesa nacional, a realidade geopolítica da região e a prática concreta das Forças Armadas — em especial, da Marinha do Brasil.

Inicialmente, o estudo reafirmou a importância do mar para o Brasil, tanto do ponto de vista econômico quanto geopolítico. A Amazônia Azul, conceito que sintetiza a extensão e a riqueza da área marítima sob jurisdição brasileira, foi abordada como um patrimônio a ser preservado e defendido. As cifras associadas à exploração de petróleo, ao comércio exterior e à biodiversidade marinha evidenciam que, sem o mar, o Brasil não sustenta sua posição internacional.

Na sequência, foi feita uma caracterização minuciosa da pirataria no Golfo da Guiné, demonstrando que se trata de um fenômeno complexo, ligado a fatores internos como pobreza,

corrupção e instabilidade política nos Estados costeiros africanos. A pirataria, nesse sentido, não deve ser vista apenas como uma ameaça pontual à navegação, mas como um reflexo de um ambiente mais amplo de fragilidade estatal, cuja repercussão atinge diretamente os interesses estratégicos brasileiros.

Diante disso, a resposta nacional passa necessariamente pelo fortalecimento do Poder Naval, não apenas como força de combate, mas como ferramenta de diplomacia e cooperação. A participação brasileira em operações combinadas, como a Obangame Express, a realização de missões próprias como a GUINEX, e o apoio à revitalização da ZOPACAS foram analisados como expressões concretas dessa estratégia, que aposta na construção de confiança mútua com os países africanos.

A conclusão a que se chega é que o Brasil possui, sim, uma estratégia coerente e alinhada com os princípios de defesa cooperativa, mas enfrenta um obstáculo estrutural: o desequilíbrio entre as ambições delineadas em seus documentos oficiais e os recursos efetivamente disponíveis para cumpri-las. A limitação orçamentária, especialmente no setor de Defesa, compromete a continuidade de programas vitais, como o PROSUB, e enfraquece a presença marítima em áreas de interesse direto.

Essa constatação leva a implicações importantes. A primeira é a urgência em consolidar a Política Marítima Nacional como uma política de Estado, e não apenas de governo. A transversalidade das ações marítimas exige a integração entre diferentes ministérios e órgãos, de forma a garantir que as políticas de defesa, comércio, ciência e meio ambiente estejam coesas e orientadas para um mesmo fim estratégico.

A segunda implicação é de natureza cultural e política: o Brasil precisa cultivar uma verdadeira mentalidade marítima. Não se trata apenas de reconhecer a importância do mar em discursos, mas de integrar essa visão ao processo de formulação de políticas públicas, de formação acadêmica e de conscientização social. Só assim será possível garantir os investimentos necessários para sustentar o Poder Marítimo ao longo do tempo.

Em termos de contribuição, este trabalho oferece uma visão articulada entre doutrina, ameaça e resposta. Ao cruzar as análises teóricas com a realidade operacional, busca-se

fornecer elementos que possam subsidiar decisões estratégicas futuras, tanto no âmbito da Defesa quanto da formulação de políticas exteriores.

Reconhecendo suas limitações, o estudo admite que a perspectiva adotada — centrada na visão brasileira — não contempla por completo a percepção dos países africanos. Essa lacuna abre espaço para novos estudos, que poderiam incluir, por exemplo, entrevistas com representantes das marinhas africanas ou análises mais aprofundadas da efetividade da Arquitetura de Yaoundé.

Do mesmo modo, a avaliação do impacto econômico da pirataria sobre o Brasil permanece como uma lacuna quantitativa, cuja exploração pode enriquecer os debates sobre a relação custo-benefício das operações navais de longa distância.

Por fim, esta monografia conclui que o Brasil tem diante de si uma escolha crucial: ou avança na consolidação de seu papel como potência marítima cooperativa, ou corre o risco de ver seu protagonismo diluir-se diante de atores mais preparados e persistentes. A construção de um Atlântico Sul seguro, próspero e pacífico depende, em grande medida, da capacidade brasileira de unir visão estratégica, vontade política e compromisso de longo prazo com sua dimensão marítima.

REFERÊNCIAS

ÁFRICA DEFENSE FORUM (ADF). Grande NEMO Africano fortalece colaboração para combater crimes no mar. **ADF Magazine**, 10 dez. 2024. Disponível em: <https://adf-magazine.com/2024/12/grand-african-nemo-strengthens-collaboration-to-combat-sea-crimes/>.

Acesso em: 29 jul. 2025.

AFRICAN UNION. **An Overview of the African Union**. Addis Ababa, 2025. Disponível em: <https://au.int/en/overview>. Acesso em: 24 jul. 2025.

AGÊNCIA GOV. **Expansão do território marítimo brasileiro**. Brasília, 27 mar. 2025. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/apos-atuacao-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-e-da-marinha-onu-reconhece-expansao-do-territorio-maritimo-brasileiro>. Acesso em: 27 jul. 2025.

AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS. **Capacidades Operativas**. Marinha do Brasil. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/comffe/content/ap%C3%B3s-certifica%C3%A7%C3%A3o-in%C3%A9dita-da-onu-tropa-de-fuzileiros-navais-demonstra-suas-capacidades>. Acesso em: 29 jul. 2025.

AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS. **Certificação da ONU para Missões de paz**. Marinha do Brasil, 25 nov. 2022. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/brasil-recebe-certificacao-inedita-da-onu-para-participar-de-missoes-de-paz>. Acesso em: 29 jul. 2025.

AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS. **Fragata “Defensora” retorna ao Rio de Janeiro após missão no Golfo da Guiné**. Marinha do Brasil, 19 jul. 2025. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/fragata-defensora-retorna-ao-rio-de-janeiro-apos-missao-no-golfo-da-guine>. Acesso em: 24 jul. 2025.

AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS. **Marinha do Brasil demonstra capacidade operativa no Atlântico Sul**. Marinha do Brasil, 14 maio 2025. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/marinha-do-brasil-demonstra-capacidade-operativa-no-atlantico-sul>. Acesso em: 29 jul. 2025.

AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS. **GUINEX V: Marinha do Brasil lidera exercício internacional com países-parceiros no litoral africano.** Marinha do Brasil, 20 maio 2025. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/guinex-v-marinha-do-brasil-lidera-exercicio-internacional-com-paises-parceiros-no>. Acesso em: 29 jul. 2025.

AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS. **Marinha participa de mais um exercício de segurança marítima no Golfo da Guiné.** Marinha do Brasil, 29 mar. 2024. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/marinha-participa-de-mais-um-exercicio-de-seguranca-maritima-no-golfo-da-guine>. Acesso em: 24 jul. 2025.

AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS. **Navio da Marinha parte para operação no Golfo da Guiné.** Marinha do Brasil, 2 maio 2025. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/navio-da-marinha-parte-para-operacao-no-golfo-da-guine>. Acesso em: 24 jul. 2025.

ALEXANDRE, Abel. **O Golfo da Guiné, um novo fenómeno na pirataria marítima depois da Somália: Implicações globais para a Aliança Atlântica, para a União Europeia e para Portugal em particular.** 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares Navais) – Escola Naval, Lisboa, 2023. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/entities/publication/b1ed12c4-b4a8-4432-ac8e-ce8c494404df>. Acesso em: 06 maio 2025.

AMIRELL, S. E. **Pirataria Marítima – Aspectos Históricos e Desafios Contemporâneos.** Revista de História da Unisanta, v. 9, n. 1, p. 8-28, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unisanta.br/ROP/article/view/2536>. Acesso em: 06 maio 2025.

BANDEIRA, Vanessa. **Combate aos ilícitos no Golfo da Guiné. Defesa Aérea & Naval,** 2 mar. 2012. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/operacoes-anti-pirataria/resolucao-da-onu-exorta-o-combate-aos-ilicitos-no-golfo-da-guine>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BRADFORD, Alfred S. **Flying the Black Flag: A Brief History of Piracy.** Westport: Praeger Security International, 2007.

BRASIL. Agência Senado. **Pré-Sal**. Brasília, [20--]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pre-sal>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. Comando da Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-301: Fundamentos Doutrinários da Marinha do Brasil (FDM)**. Brasília, DF: Marinha do Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/ema-301-fdm-1ed.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Comando da Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-310: Estratégia de Defesa Marítima**. Brasília, DF: Marinha do Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/ema-310-edm-1ed.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Comando da Marinha. **Portaria nº 4/MB/MD, de 14 de janeiro de 2025**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 11, p. 21, 16 jan. 2025. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=21&data=16/01/2025&captchafield=firstAccess>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Previsão Orçamentária**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2025. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/apresentacoes-em-eventos/apresentacoes-de-convidados-em-eventos-de-2025/audiencia-publica-fundos-militares-de-defesa/apresentacao-do-ministerio-da-defesa/view>. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **XI Plano Setorial para os Recursos do Mar – PSRM**. Brasília: Marinha do Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br.secirm/files/2025-03/XI-PSRM.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa (END)**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2024. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/164849>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas – MD35-G-01**. 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2015. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2024. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/164849>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040)**. Brasília, DF: Marinha do Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/publicacoes/pem2040> Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Política Marítima Nacional (PMN)**. Brasília, DF: Marinha do Brasil, 2025. (Decreto nº 12.481, de 8 de abril de 2025). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/Decreto/D12481.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND)**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2024. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/164849>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas>. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Anexo ao Decreto nº 99.165, de 12 de março de 1990**. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and99165-90.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

BUSINARI, Maurício; UOL. **Terrorismo; o que diz a lei brasileira?** UOL Notícias, 13 maio 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/05/13/aceitar-cv-e-pcc-como-terroristas-e-risco-constitucional-dizem-juristas.htm>. Acesso em: 17 jul. 2025.

CENTRO DE COORDENAÇÃO INTER-REGIONAL (ICC). **Arquitetura de Yaoundé.** Yaoundé. Disponível em: https://icc-gog.org/?page_id=1704. Acesso em: 24 jul. 2025.

CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICO-ESTRATÉGICOS. **ZOPACAS: um instrumento de cooperação e segurança no Atlântico Sul.** Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2013. (Cadernos da EGN, n. 4). Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/Zopacas.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

CNN BRASIL. Entenda por que os EUA querem que PCC seja classificado como terrorista. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-por-que-os-eua-querem-que-pcc-seja-classificado-como-terrorista/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

DEFESA EM FOCO. **Criação do Comando da Divisão Litorânea**, 18 jan. 2025. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/marinha-cria-comando-da-divisao-litoranea-e-transmite-novo-comando/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

FREITAS, Eduardo Antônio Pereira de. **A pirataria no Golfo da Guiné e as implicações para a segurança marítima no Atlântico Sul.** Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 323-356, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/download/4622/4473>. Acesso em: 06 maio 2025.

FREITAS, Eduardo Antônio Pereira de. **A pirataria marítima no Golfo da Guiné: uma análise situacional da Nigéria.** 2018. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/ppgem/sites/www.marinha.mil.br/ppgem/files/tcm_eduardo_antonio.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

GBN News. **Mudanças no Corpo de Fuzileiros Navais**. GBN News, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gbnnews.com.br/2025/01/mudancas-no-corpo-de-fuzileiros-navais.html>. Acesso em: 29 jul. 2025.

GOLFO DA GUINÉ. **RTP Notícias**, 13 jan. 2021. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/golfo-da-guine-foi-o-palco-em-2020-de-mais-de-90-dos-ataques-de-piratas-em-todo-o-mundo_n1296396. Acesso em: 16 jul. 2025.

GUERRA, Wilson. **O Brasil e a segurança do Atlântico Sul**. Nação e Defesa, n. 143, p. 67-78, 2016. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/nacao/article/download/38618/26643/173042>. Acesso em: 27 maio 2025.

GUIMARÃES, Bruno Gomes. A estratégia geopolítica brasileira para o Atlântico Sul. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 12, n. 22, p. 259-293, 2015. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/download/401/309/1225>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GULF OF GUINEA COMMISSION (GGC). **Maritimafrica**, 19 out. 2021. Disponível em: <https://maritimafrica.com/en/gulf-of-guinea-commission-ggc/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

HASSAN, Aliyu. **The Nigerian military in domestic counterinsurgency operations: A study in range of military operations, 1960-2017**. 82 f. Master of Military Art and Science. Faculty of the U.S. Army Command and General Staff College, Fort Leavenworth, 2018. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/AD1084342.pdf> Acesso: 23 jul. 2025

INBEC. **O que são offshores no mundo do petróleo e gás?** INBEC, 28 nov. 2023. Disponível em: <https://www.inbec.com.br/blog/o-que-sao-offshores-mundo-petroleo>. Acesso em: 23 jul. 2025.

INTERNATIONAL MARITIME BUREAU (IMB). **Piracy and Armed Robbery Against Ships – Report for the period of 1 January – 31 December 2020**. Londres: ICC, 2021. Disponível em: <https://www.icc-ccs.org/reports/2020-Annual-Piracy-Report.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2025.

INTERNATIONAL MARITIME BUREAU (IMB). **Piracy and Armed Robbery Report for January – June 2025**. Kuala Lumpur: ICC, 2025. Disponível em: <https://www.piclub.or.jp/wp-content/uploads/2025/04/2025-Jan-Mar-IMB-Piracy-and-Armed-Robbery-Report.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

INTERNATIONAL MARITIME ORGANIZATION (IMO). **International Maritime Organization**. Londres, 2025. Disponível em: <https://www.imo.org>. Acesso em: 23 jul. 2025.

KARG, Hendrick Magalhães. **A pirataria marítima e o roubo armado, no mar: uma discussão da normatização brasileira**. 2022. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/844712>. Acesso em: 06 maio 2025.

LESSA, J. C. **Atores e Dinâmicas do Crime Organizado no Delta do Níger: Uma Análise das “Zonas Cinzentas” da Geopolítica**. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Marítimos) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2019.

LOURENÇO, N. A. V. **O Papel Das Organizações Africanas Na Resposta Ao Fenómeno Da Pirataria E Do Assalto Armado No Mar Contemporâneo, Na Região Do Golfo Da Guiné**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito e Segurança) – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstreams/03a38c77-2776-4186-8c63-608670bb1faf/download>. Acesso em: 16 maio 2025.

MARINHA DO BRASIL. **Amazônia Azul**. Brasília, DF: Agência Marinha de Notícias. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/amazonia-azul/apos-atuacao-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-e-da-marinha-onu-reconhece>. Acesso em: 17 jun. 2025.

MARINHA DO BRASIL. **Boletim Geocorrente – Edição Especial Golfo da Guiné**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, abr. 2025. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/Boletim%20Especial%20-%20Golfo%20da%20Guin%C3%A9%202025.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2025.

MARINHA DO BRASIL. Edição especial: **ZOPACAS. Boletim Geocorrente**, Rio de Janeiro, v. 62, out. 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/Zopacas.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025.

MARINHA DO BRASIL. **Mapa da Amazônia Azul**. Brasília, DF: Marinha do Brasil, [20--]. Disponível em: https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/mapa-politico.html. Acesso em: 29 maio 2025.

MARINHA DO BRASIL. **Obangame Express**. Brasília, DF: Agência Marinha de Notícias, [20--]. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/tag/obangame-express>. Acesso em: 26 maio 2025.

MARITIMAFRICA. Exercício Grão-Africano NEMO 2024. , 28 out. 2024. Disponível em: <https://maritimafrica.com/en/beginning-of-the-grand-african-nemo-2024-exercise/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MARQUES, Joaquim Ferreira. Desafios de segurança no golfo da Guiné. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 57, p. 91-100, mar. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7515498> acesso em: 24 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. Montego Bay, 1982. Disponível em: https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf. Acesso em: 21 mai. 2025.

PEREIRA, Daniel Henrique Aguiar. **A importância da liderança estratégica do Brasil, na expressão militar, no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) em virtude das novas ameaças do Século XXI**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/10100/1/MO%206442%20-%20Daniel%20Henrique%20AGUILAR%20Pereira.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

PEREIRA, Victor Hugo. A pirataria marítima no século XXI: o caso do Golfo da Guiné. **Revista de Villegagnon**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 16, p. 46-56, 2021.

PEREIRA, Yuri Bastos. **As Contribuições Brasileiras contra a Pirataria no Golfo da Guiné**. 2021. Monografia (MBA em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais) – Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.rest.uff.br/index.php/rest/article/view/270> Acesso em: 05 mar. 2025.

POPOOLA, Olusola Olalekan; OLAJUYIGBE, Ayo Emmanuel. Operationalizing the blue economy in the Gulf of Guinea, Africa. **Frontiers in Political Science**, v. 5, art. 1070508, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpos.2023.1070508>. Acesso em: 23 jul. 2025.

RELAÇÕES EXTERIORES. **Soft Power**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/glossario/soft-power/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SANDKAMP, Alexander; HEILAND, Inga; EGGER, Peter H. **Rum gone? The impact of maritime piracy on trade and transport**. VoxEU.org, 18 mar. 2021. Disponível em: <https://cepr.org/voxeu/columns/rum-gone-impact-maritime-piracy-trade-and-transport>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SCOTT, Robert. OBANGAME EXPRESS 2025 - Compromisso compartilhado com a segurança marítima e combate à pesca IUU. **EUA Embaixada em Cabo Verde**, 23 maio 2025. Disponível em: <https://cv.usembassy.gov/obangame-express-2025-shared-commitment-to-maritime-security-and-counter-ingu-fishing/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SEINER, Márcio. **O Golfo da Guiné: uma perspectiva estratégica**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2020. (Caderno de Estudos Marítimos, C-PEM 035). Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/C-PEM035%20CMG%20MARCIO%20SEINER%20-%20GOLFO%20DA%20GUIN%C3%89.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SILVA, Alex Sandro Cristiano Carvalho. **A Relação Brasil-África no Atlântico Sul: A Importância do Fortalecimento do Poder Naval Brasileiro na Proteção dos Interesses**

Nacionais. 2024. Monografia (Curso Superior) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://repositorio.mar.mil.br/bitstream/ripcmb/847434/1/CSUP2024_CC_AA_ALEX.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

SOARES, Santos. **A Segurança Marítima no Atlântico Sul: Os Organismos de Cooperação Multilaterais Protagonizados pelo Brasil e suas Capacidades de Atuação na Segurança Marítima dessa Região**. 2020. Dissertação (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/CEMOS_073_MONO_C_C_CA_SANTOS%20SOARES.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

STATISTA. **Combined defense expenditures of NATO countries from 2014 to 2024**. Hamburg: Statista, 2024. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1293301/combined-defense-expenditures-nato/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

STATISTA. **Military spending as a share of total government expenditure in Latin America and the Caribbean from 2011 to 2023, by country**. Hamburg: Statista, 2024. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/794115/military-spending-share-government-expenditure-latin-america/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

STAVRIDIS, James. **Sea Power: The History and Geopolitics of the World's Oceans**. New York: Penguin Press, 2017.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). **Unprecedented rise in global military expenditure as European and Middle East spending surges**. Solna: SIPRI, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2025/unprecedented-rise-global-military-expenditure-european-and-middle-east-spending-surges>. Acesso em: 22 jul. 2025.

TILL, Geoffrey. **Seapower: A Guide for the Twenty-First Century**. 2. ed. London: Routledge, 2009.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **Global Maritime Crime Programme: Annual Report 2021**. Viena: UNODC, 2021. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/Maritime_crime/GMCP_Annual_Report_2021.pdf.

Acesso em: 5 abr. 2025.

VENANCIO, Daiana Seabra. A DEFINIÇÃO DE PIRATARIA MARÍTIMA E AS IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA NA NAVEGAÇÃO. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 297-316, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/4622>.

Acesso em: 1 mar. 2025.